REDES DE CULTURAS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: FÓRUNS E POLÍTICAS CULTURAIS

Recentemente, ganhou impulso um trabalho em rede das instituições de ensino superior públicas brasileiras para discutir a implementação de suas políticas culturais, partilhar as experiências institucionais distintas e articular programas, projetos e ações conjuntas. Movimento que remonta aos anos 80, intensificou-se na última década em distintos fóruns e redes nacionais, regionais e estaduais. Os trabalhos aqui apresentados tratam desses distintos momentos e movimentos, tendo como articulação comum a criação em 2017 do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior, o Forcult. Destacamos aqui a importância do trabalho em rede no fortalecimento dos setores e das políticas culturais nos projetos institucionais e apresentamos trabalhos que tratam de importantes antecedentes que levaram à criação do Forcult, o envolvimento dos agentes culturais institucionais no movimento, o percurso nacional e regional dos encontros e desdobramentos que revelam a força da regionalização do movimento.

O artigo de Carmen Lúcia Rodrigues Arruda relata a experiência vivenciada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), para a constituição de sua Política de Desenvolvimento Cultural, aprovada em 2016. São descritos os movimentos realizados em âmbito local, também como consequência de uma série de fatores externos: as premissas da Unesco para a cultura e a educação superior, as metas do Plano Nacional de Cultura e as discussões e resoluções do Forproex, destacando o projeto *Corredor Cultural Forproex Sudeste*. A concomitância dessas ações voltadas à cultura com as dinâmicas em curso em outras IES brasileiras foram evidenciadas em um fórum realizado em maio de 2017 na Unicamp, quando surgiu o embrião do Forcult.

Em seu artigo, Fabio Augusto Cerqueira analisa o desenvolvimento das políticas culturais nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) brasileiras a partir de proposições realizadas pelo Ministério da Cultura, e pelo Ministério em parceria com as instituições, buscando avaliar os impactos que isso provocou no trabalho dos Gestores Culturais Universitários. Apresenta também a participação dos profissionais técnico administrativos universitários na articulação entre as IPES, que culminou na criação do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras

(FORCULT), que busca garantir em seu Regimento a participação de todos os profissionais que atuam com gestão cultural nas instituições participantes.

Fernando Mencarelli apresenta um histórico preliminar da constituição e realizações do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior – Forcult, contextualizando sua criação em 2017, trazendo alguns antecedentes e relatando o percurso desde então através dos encontros nacionais e regionais realizados.

Flavia Maria Cruvinel aborda os marcos das Políticas Culturais no Brasil e as repercussões na institucionalização da cultura no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior. Destaca a importância do trabalho de articulação das instituições em rede para fins de compartilhamento de experiências e conhecimento com vistas ao fortalecimento da cultura será abordado. Para ela, as Instituições Públicas de Ensino Superior devem ser entendidas como Plataformas de Culturais Naturais que formam variadas Redes de Cultura e devem propor Políticas Culturais partindo do compromisso com a democratização do acesso à cultura, a diversidade cultural, a memória, a produção e a difusão dos bens artísticos, bem como a formação humana e cidadã.

Carmen Lúcia Rodrigues Arruda é pesquisadora no Departamento de Ciências Sociais na Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Diferenciação Sociocultural (Gepedisc) Unicamp.

Fabio Augusto Cerqueira é profissional para Assuntos Administrativos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Fernando Mencarelli é professor titular e Diretor de Ação Cultural da UFMG. Pesquisador do CNPq. Foi coordenador do IV Forcult Nacional.

Flavia Maria Cruvinel é Pró-Reitora Adjunta de Extensão e Cultura e Diretora de Cultura da Universidade Federal de Goiás.

POLÍTICAS CULTURAIS PARA INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DA UNICAMP

Carmen Lúcia Rodrigues Arruda[1]

Resumo: Este artigo relata a experiência vivenciada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), para a constituição de sua Política de Desenvolvimento Cultural, aprovada no ano de 2016. São descritos os movimentos realizados em âmbito local, também como consequência de uma série de fatores externos: as premissas da Unesco para a cultura e a educação superior, as metas do Plano Nacional de Cultura e as discussões e resoluções do Forproex, destacando o projeto *Corredor Cultural Forproex Sudeste*. A concomitância dessas ações voltadas à cultura com as dinâmicas em curso em outras IES brasileiras foram evidenciadas em um fórum realizado em maio de 2017 na Unicamp, quando surgiu o embrião do Forcult.

Palavras-chave: cultura; educação superior; política cultural.

Introdução

Embora a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) tenha sido criada em 1966, tendo como vocação as áreas tecnológicas e voltada para o setor produtivo, seu projeto inicial contemplou todas as áreas do conhecimento, inclusive as Artes: em 1971, teve início o Instituto de Artes da Unicamp.

Muitos dos professores, naquele momento, foram trazidos de fora do Brasil para a composição do quadro docente, em sua maioria brasileiros que estavam estudando ou trabalhando em países da Europa ou nos Estados Unidos. Um dos criadores do Instituto de Artes da Unicamp, o físico Rogério Cerqueira Leite, em entrevista realizada em 2011, afirmou que "[...] mesmo nos Estados Unidos, praticamente qualquer universidade importante tem o seu departamento de música ou seu departamento de artes plásticas [...] ou às vezes institutos à parte, como foi feito aqui". E esse foi um dos motivos alegados para a existência das artes na Universidade.

Por trás da ideia de criação do Instituto de Artes, havia também um desejo de tornar menos provinciana culturalmente a comunidade local, pela presença da arte; mas não da arte popular, e, sim, da arte culta, erudita, como relata de forma bem-humorada, na mesma entrevista, o professor Cerqueira Leite:

---

[1] Pesquisadora no Departamento de Ciências Sociais na Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Diferenciação Sociocultural (Gepedisc) Unicamp.

> [...] a ideia que o pessoal devia tocar dentro do campus. Vai tocar aqui, forma um quarteto aqui, vai tocar ali adiante etc. Esse era um pouco o espírito da questão, quer dizer, o Instituto de Artes não era apenas para os artistas, mas era também para os outros professores, para os outros professores ficarem um pouquinho menos ignorantes (risos). Abandonar o Chacrinha; o Chacrinha não. Como é que é? Este Xororó que tem aqui (risos).

O que havia, portanto, era o desejo da criação de ambientes intelectuais abertos às manifestações artísticas, com o objetivo de aproximação com a modernidade daqueles anos.

Do momento da criação até os anos 2000, a Unicamp passou por uma série de mudanças, principalmente no sentido da institucionalização de suas estruturas e as criações e produções artísticas continuaram tendo sempre seu lugar de destaque. No entanto, o conceito de cultura, no sentido da formação ampla do cidadão, atravessando as atividades de ensino, pesquisa e extensão, era tratado apenas em ações pontuais.

Num sinal de mudança, no ano de 2006, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Cultural da Unicamp (Condec), vinculado à então Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Preac), acompanhando o que vinha sendo preconizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (Forproex), no sentido de estabelecer projetos e políticas culturais para as universidades. Mas o Conselho não saiu do papel naquele momento.

Em 2013, em nova administração, essa discussão foi retomada pela Preac, começando pela reestruturação da área de Ação Cultural da Coordenadoria de Desenvolvimento Cultural (CDC). O Condec foi implantado e colocado em funcionamento e uma série de processos começaram a ser executados, tendo a CDC como o lugar para a sua realização.

Mas esse movimento foi provocado por uma série de fatores, inclusive externos à Unicamp, sobre os quais é necessário discorrer.

Cultura e Educação Superior no Brasil

A relação entre cultura e universidade, no Brasil, tem sido objeto de diferentes movimentos no correr dos anos. Retornando à década de 1970, Isaura Botelho (2011) descreve que os projetos culturais das universidades federais foram abrigados sob a Fundação Nacional de Arte (Funarte), instituição criada no governo Geisel (1974-1978). A Funarte, que passou a receber uma série de demandas dessas instituições por recursos

para suas atividades nessa área (o que não era financiado pelo Ministério da Educação e da Cultura), acabou criando o então denominado *Projeto Universitário (PU)*. Esse projeto:

> [...] trabalhava basicamente com a área de extensão cultural das universidades, com o objetivo de auxiliá-las a se tornar polos irradiadores de cultura para a comunidade, por meio da promoção de atividades artísticas não eventuais, estimulando a participação efetiva do corpo discente, de forma a constituir um calendário anual e permanente (BOTELHO, 2011, p. 98).

As ações desenvolvidas – majoritariamente ações de extensão e festivais de artes em cidades históricas – eram voltadas à articulação das universidades com as populações locais, geralmente distantes dos grandes circuitos culturais.

Em 1982, para evitar a política de atendimento conforme a chegada dos projetos inscritos, passou a ser exigido, das universidades demandantes, um Plano Diretor de Cultura, "com o objetivo de fazê-las refletir sobre suas respectivas estratégias para a área, tornar mais coerentes suas propostas, em diálogo com as áreas e os institutos afins." (BOTELHO, 2011, p. 98).

Diversos foram os motivos que não permitiram levar adiante esse projeto, dentre eles o fato de que não se tratava de uma política de cultura, mas da conformação de projetos, normalmente criados pelas áreas de extensão das universidades, para a obtenção de recursos. Mas esses movimentos já demonstravam que parte das universidades brasileiras entendiam seu papel como produtoras e difusoras de cultura, embora o foco principal recaísse sobre a realização de eventos artístico-culturais.

Segundo Nogueira (2013), a redemocratização do país no início dos anos 1980 fez com que essas instituições revisitassem seus processos de organização, reativando as entidades representativas de docentes, estudantes e técnico-administrativos, trazendo para o centro dos debates o compromisso da universidade com os setores menos favorecidos da sociedade, tendo a Extensão Universitária como o principal meio para essa realização.

Esse fortalecimento da área de Extensão promoveu a criação, em 1987, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Brasil (Forproex), que mais recentemente passou a se denominar Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas do Brasil. Com reuniões anuais para discutir as temáticas relacionadas à área, em 1992 o tema específico foi *Universidade e Cultura*. O documento resultante desse encontro elenca uma série de proposições para as universidades, no

sentido de focar na formação integral e humanística da comunidade universitária, ampliar a relação com a sociedade e a vivência por meio da arte nos *campi*.

Pensando a relação entre IES, cultura e sociedade civil, importante destacar que esse movimento, naquela ocasião, era um fenômeno que atingia uma série de países ocidentais e uma de suas raízes estava diretamente associada a premissas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Essa organização, por meio de seus países membros, teve peso preponderante na formulação dos conceitos aplicados ao setor e especialmente na vinculação entre cultura, diversidades e educação superior. O documento produzido em 1998, como resultado da Conferência Mundial da Educação Superior, realizada pela Unesco em Paris, França, sob o título *La educación superior en el siglo XXI: Visión y acción* (UNESCO, 1998), define princípios amplos para as instituições de educação superior, dentre eles o compromisso de diminuir as desigualdades, promovendo a formação continuada; o desenvolvimento intelectual e social e o respeito às culturas e às identidades. Esses princípios são reforçados, em 2008, no documento produzido pela Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e Caribe, que também destaca as possibilidades de integração regional dadas por esses importantes elementos e enfatiza a necessidade da interdisciplinaridade na formação dos cidadãos pelas IES (UNESCO, 2009), em busca da concretização da universidade como espaço de redução de desigualdades e preservação de culturas.

Para que tudo isso se concretizasse, as estruturas acadêmicas, consideradas elitistas e autorreferenciadas, precisavam de fato se abrir para a sociedade, numa via de mão dupla: não apenas ensinando e modificando, mas também se permitindo receber e reconhecer outras formas de conhecimento para a modificação de suas próprias estruturas. A Extensão e a Cultura firmavam-se como as portas para esse diálogo.

Outros movimentos voltados à produção de políticas públicas de cultura no âmbito federal também foram determinantes.

Cultura como política de Estado no Brasil

No Brasil, entre 2003 e 2008, o Ministério da Cultura (MinC) foi ocupado pelo artista Gilberto Gil; seguido pelo sociólogo Juca Ferreira, que esteve à frente do MinC de 2008 a 2010, final do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Nesse período, foi construído um lugar de protagonismo para as políticas públicas e para o investimento em ações voltadas à cultura no país.

Como consequência da realização de conferências públicas de cultura por todo o Brasil durante esses anos, em 2010, foi aprovado o Plano Nacional de Cultura (PNC) (BRASIL, 2010) para o período 2010-2020. O PNC previu, dentre suas 53 metas, uma série de ações relacionadas à cultura em associação direta com a educação. Embora não fossem especificamente relacionadas à educação superior, traziam ações que implicitamente envolviam as IES, mesmo que fortemente voltadas à formação de técnicos e profissionais para a área.

Também em 2010, foi criado, pelo MinC, o *Programa Cultura e Universidade*, com o objetivo de:

> [...] fomentar ações e consolidar as políticas culturais no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras para: gerar inteligência crítica e constante reflexão sobre a formação simbólica, econômica e cidadã brasileira; incentivar a formação, aprimoramento e profissionalização no campo cultural; fomentar a produção de estudos e pesquisas na área cultural e as atividades de cultura e extensão universitária, em busca da valorização da produção artística, do patrimônio histórico nacional e do reconhecimento das culturas tradicionais. estabelecer projetos e ações em articulação com programas já existentes em outros ministérios que tenham como foco a universidade e a cultura (MINC, 2010).

Em 2013, o Ministério da Cultura, o Forproex e a Universidade Federal da Bahia realizaram, em Salvador, o "1º. Seminário Cultura e Universidade: bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior". Os temas tratados foram: Arte e cultura na universidade: novos arranjos para o ensino, pesquisa e extensão; Gestão cultural e as instituições de ensino superior; Perspectivas para a formação de profissionais dos setores criativos; Diversidade na universidade; Estratégias transversais de comunicação e cultura; Equipamentos culturais e circulação da produção artística e cultural; Direitos autorais e recursos educacionais abertos.

Dessas discussões resultaram o programa *Mais Cultura nas Universidades*, por meio de um acordo entre os Ministérios da Cultura e da Educação e a criação, no MinC, de uma secretaria específica para tratar de assuntos referentes a ações conjuntas entre este ministério e o da Educação – a Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac). No entanto, os contingenciamentos orçamentários realizados no governo de Dilma Roussef e, depois, o seu impedimento em 2016, primeiro detiveram o desenvolvimento da área e, em seguida, as ações foram paralisadas. Logo em seu início, o governo de Michel Temer, dissolveu o Ministério da Cultura. Pressionado por inúmeras e intensas manifestações dos trabalhadores da cultura, de artistas, de produtores e agentes

culturais em todo o país, o ministério foi recriado, mas em bases completamente diferentes dos moldes e das políticas pensadas anteriormente.

Política de Desenvolvimento Cultural na Unicamp

Foi acompanhando esses movimentos que, em 2013, a Unicamp começou efetivamente a pensar a articulação de uma política de desenvolvimento cultural para a Universidade. A área de Ação Cultural da CDC, reestruturada, e atendendo às determinações do Condec, iniciou os trabalhos por meio de um mapeamento sobre as ações artístico-culturais já realizadas pelos órgãos e pela comunidade universitária.

Observou-se que a própria Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, nos anos anteriores, havia implementado, por iniciativa de seus órgãos, uma série de ações relacionadas ao campo da cultura. Outros órgãos e unidades da Unicamp também produziam, de forma pulverizada e muitas vezes concomitante, atividades artísticas e culturais. A comunidade universitária, principalmente por iniciativa dos estudantes, também produzia uma quantidade significativa de iniciativas.

No entanto, a inexistência de uma política que permitisse a congregação desses projetos desestimulava a continuidade das produções e inviabilizava o reconhecimento do campo artístico-cultural no meio acadêmico.

Buscou-se, então, o diálogo com os responsáveis por esses órgãos, para discussão de interações possíveis. A falta de visibilidade dos projetos, inclusive pelo próprio Portal da Unicamp[2], foi o primeiro problema apontado, uma vez que esse *site* oficial era quase que exclusivamente voltado para a difusão de resultados de pesquisa, o que não incluía a divulgação das ações artístico-culturais.

Assim, a primeira ação da CDC foi criar o *Guia Cultural Unicamp*[3], um *site* voltado à divulgação de ações artístico-culturais com a participação, direta ou indireta, de membros da comunidade universitária, fossem eles realizados na Unicamp ou fora dela. O objetivo principal foi congregar, numa agenda única, os eventos e as produções artístico-culturais vinculadas à Universidade, permitindo assim seu maior alcance e visibilidade. A alimentação do Guia é feita por estudantes bolsistas do Serviço de Apoio ao Estudante da Unicamp, que fazem a busca ativa das ações para publicação.

[2] https://www.unicamp.br/
[3] https://www.guiacultural.unicamp.br

Dentre outras realizações, ações e eventos artístico-culturais, o projeto de maior relevância para a articulação da comunidade universitária em torno da discussão de uma política cultural deu-se por meio do projeto "Conexão Cultural Unicamp". Essa proposta resultou de um evento trágico e contraditório: em setembro de 2013, um estudante da Unicamp foi assassinado numa festa promovida pelos alunos numa praça central do campus de Barão Geraldo.

Como festas abertas, ditas "não autorizadas", não são permitidas nos *campi* (e esse era o caso), os estudantes repercutiram o problema em manifestações e negociações sobre a segurança na Universidade, evidenciando uma reivindicação central: mais vivência no campus, ao invés de mais presença das forças de segurança, que é o que normalmente é proposto em momentos como esse.

Acompanhando de perto essa discussão e buscando alternativas, a Coordenadoria de Desenvolvimento Cultural propôs à Reitoria o projeto *Conexão Cultural Unicamp* que, aprovado, foi incorporado ao programa *Campus Tranquilo* da Universidade, no eixo denominado "convívio". O programa, que depois recebeu um acréscimo em seu nome, denominando-se então *Campus Tranquilo*: *Universidade Viva*, foi criado no bojo das negociações, com a finalidade de realizar ações de prevenção, visando ampliar a sensação de segurança para a comunidade universitária.

O *Conexão Cultural* foi assim estabelecido em 2014, visando à ocupação dos espaços externos dos *campi* da Universidade com eventos culturais e esportivos, promovendo a circulação e a permanência das pessoas e, consequentemente, a convivência, permitindo ampliar a sensação de segurança, tanto pela própria frequência, como pelo fato de que as pessoas, ao se encontrarem, pudessem conhecer-se umas às outras, especialmente aquelas que eram parte da comunidade universitária.

A estratégia de trabalho foi também a de fomentar a produção cultural – em artes e em esportes – da Universidade, para que se realizasse por meio de apresentações abertas à comunidade em geral. A participação de alunos, funcionários e docentes, na produção ou na realização do evento, foi de fundamental importância, tendo como destaque justamente os estudantes, tanto nas ações produzidas, quanto na composição do público. Foram espetáculos de circo, teatro, música, dança, arte urbana, rodas de conversa, dentre outros. Eram nove eventos por semestre, em todos os *campi* da Universidade: Campinas, Limeira, Piracicaba e até mesmo Paulínia, onde se localiza um centro de pesquisas.

No mesmo projeto, também foi estabelecida uma linha de fomento à produção cultural de outras unidades e órgãos da Universidade, visando prestar apoio às manifestações culturais realizadas por eles (em infraestrutura, logística e divulgação), desde que realizadas preferencialmente em espaços abertos dos *campi*; portanto, em consonância com os objetivos do *Conexão Cultural*.

Os eventos foram, gradativamente, por conta de sua permanência, ganhando público cativo e visibilidade. Mas o mais importante a ser destacado foi justamente a descoberta e a consequente participação de grupos e coletivos artístico-culturais capitaneados por estudantes da Unicamp. Essa participação permitiu que fossem debatidos, especialmente com esse segmento da comunidade, os caminhos para a construção da política de desenvolvimento cultural.

A CDC também trabalhou, direta e indiretamente, na organização de uma série de eventos acadêmicos, com a presença de convidados especialistas externos.

Em janeiro de 2015, um grupo de trabalho foi designado, por uma ação do Condec, para elaborar um documento que permitisse formular e definir as políticas e práticas de extensão para o desenvolvimento cultural da Unicamp, propondo as bases para a construção de uma política cultural, que deveria ter garantida sua realização plena. Além das discussões internas, a experiência de outras IES, tanto do Brasil como do exterior, foram fundamentais para essa construção.

Com relação às IES brasileiras, a experiência vivenciada no *Corredor Cultural Forproex Sudeste* foi o principal alicerce para essa formulação.

Corredor Cultural Forproex Sudeste

As pessoas ligadas à área temática de cultura do Forproex da região Sudeste, após a participação no 1º Seminário Cultura e Universidade, realizado em 2013, na Bahia, iniciaram a discussão para constituir um projeto de circulação das produções artístico-culturais entre as IES da região. Como resultado de inúmeras reuniões e debates, as IES públicas (federais, estaduais e municipais) dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo – se reuniram em um grande circuito cultural, por meio do seu Forproex regional, e criaram o *Corredor Cultural Forproex Sudeste*, que teve como uma de suas premissas o impulsionamento de ações artístico-culturais promovidas no ambiente universitário, possibilitando sua circulação entre as IES públicas da região Sudeste do Brasil, visando atingir também a sociedade do entorno dos *campi*. Os

principais objetivos foram, além das ações artístico-culturais, a construção de uma metodologia de trabalho voltada para o intercâmbio da produção nessa área e a formação de agentes para o campo cultural, que conectasse a universidade não apenas com a comunidade acadêmica local e seu entorno, mas que promovesse sobretudo um intercâmbio de trocas entre toda a Região Sudeste, proporcionando conhecer a riqueza da diversidade da produção cultural de cada um dos estados envolvidos.

No segundo semestre de 2014, foi estabelecido o modelo do projeto, que coincidiu com o início dos contingenciamentos de orçamento, especialmente das IES federais. Mesmo assim a ideia foi colocada em prática com recursos das próprias instituições e, por conta das dificuldades financeiras, num primeiro momento apenas dezessete delas se dispuseram a participar de um projeto piloto no segundo semestre de 2015.

Ainda em 2015, por meio de articulações com o MinC, o projeto conseguiu a promessa da destinação de recursos para o seu financiamento, recursos esses que somente foram disponibilizados em junho de 2016, o que permitiu sua continuidade até o ano de 2018. A possibilidade de contratação, por meio de bolsas, de estudantes das instituições participantes na condição de aprendizes, trouxe ao projeto a agilidade necessária para sua realização.

Esse contato recorrente entre profissionais ligados à discussão das políticas culturais nas IES participantes permitiu conhecer os movimentos para a visão geral e para a formulação de políticas voltadas à cultura, como um componente transversal na formação universitária (NUNES et al., 2016; JUNQUEIRA; ARRUDA; RESENDE, 2017).

Políticas culturais para o ensino superior em outros países

Também entre 2014 e 2015, foi possível ter contato com as políticas culturais pensadas para as universidades de países como Portugal e França, na Europa, e Colômbia, na América do Sul.

Para participação em fóruns na Unicamp, em 2015 foram convidados os professores Rui Telmo Gomes (um dos fundadores do Observatório de Actividades Culturais (OAC) de Portugal, atua como pesquisador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal), Artur Fernando Arêde Correia Cristóvão (Professor Catedrático da Escola de Ciências e Humanas e Sociais da UTAD, Departamento de Economia, Sociologia e Gestão) e María Adelaida Jaramillo

González (Universidad de Antioquia, Colômbia. Coordenadora do processo de formulação do Plano de Cultura Universidade de Antioquia 2006-2016 e do Plano "Medellín: una ciudad que se piensa y se construye desde la cultura 2011-2020").

Todos trouxeram elementos que permitiram perceber a relevância do movimento da cultura no ensino superior não somente no Brasil, mas em diferentes países, naquele momento. É importante destacar que o trabalho da Colômbia, fartamente documentado (GONZÁLEZ, 2007; 2011; 2013), foi o eixo norteador na construção do texto da Política de Desenvolvimento Cultural da Unicamp.

Ainda em 2015, por meio de um programa financiado pela Unicamp, foi possível conhecer, na França, os caminhos dessa mesma relação. Os resultados desse período foram discutidos, sob a forma de apresentação oral, no XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), realizado em Salvador, BA, em 2016 (ARRUDA, 2016).

A política cultural da Unicamp

Assim, na Unicamp, para que se construísse uma política de desenvolvimento cultural, as experiências conhecidas, tanto do Brasil como de outros países, tiveram forte influência. Foi relevante a participação em discussões entre as IES públicas brasileiras. A comunidade universitária da Unicamp foi majoritariamente representada nos debates pelo seu corpo estudantil – especialmente estudantes do Instituto de Artes, mas não somente.

Como resultado desses movimentos, construiu-se o texto da *Política de Desenvolvimento Cultural da Unicamp* (UNICAMP, 2016), tendo como princípios básicos: praticar e estimular uma visão ampliada de Cultura; reconhecer a diversidade e a abrangência; criar e manter em todos os setores acadêmicos um ambiente que estimulasse o processo de produção e de criação e reconhecer e respeitar os direitos culturais cidadãos. O texto também discorre sobre as ações que deveriam ser realizadas a partir daquele momento, para o alcance dos objetivos traçados.

Em abril do ano seguinte, nova troca de gestão viria a acontecer na Unicamp. Em julho de 2017, a recém-empossada administração da Universidade, cujo programa de gestão destacava a relevância da cultura no ambiente acadêmico, alterou a estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, iniciando a transição para uma Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Foram assim criadas a Diretoria

de Extensão e a Diretoria de Cultura, que foi a substituta da Coordenadoria de Desenvolvimento Cultural.

Em maio de 2017, foi realizado na Unicamp o Fórum "Gestão e Produção Cultural e Políticas Públicas de Cultura: o papel da universidade", contando, entre os convidados, com Antonio Albino Canelas Rubim, da Universidade Federal da Bahia, , Luiz Augusto Fernandes Rodrigues, da Universidade Federal Fluminense e Ivânio Lopes de Azevedo Júnior, então Pró-Reitor de Cultura da Universidade Federal do Cariri, a primeira universidade do país a criar, além das tradicionais pró-reitorias de ensino – graduação e pós-graduação -, pesquisa e extensão, uma pró-reitoria de cultura.

Nesse fórum estiveram presentes gestores culturais de outras instituições, que, ao final do debate, propuseram a constituição de um fórum de gestão cultural das IES, a ser realizado no XIV Enecult, em 2017, com a seguinte formulação:

> **Mote provocador:** discutir e formular acerca do papel das IES na elaboração e condução de Políticas Públicas de Cultura;
>
> **Público-alvo:** Produtores Culturais das IES e servidores lotados nos setores de cultura dessas instituições;
>
> **Objetivos:**
>
> Diagnóstico e troca de experiências sobre a situação da Cultura nas IES;
>
> Refletir/debater sobre o lugar da Cultura no âmbito das Universidades;
>
> Reafirmar o papel fundamental da Universidade na pesquisa, crítica, formação, gestão e produção cultural, e formulação de Políticas Públicas de Cultura;
>
> Construir redes de cooperação entre as IES;
>
> Provocar/Incentivar a elaboração dos Planos de Cultura das IES;
>
> Articular os agentes constituintes do campo organizacional da cultura nas IES (produtores, gestores, docentes, técnicos-administrativos);
>
> Articular atividades artístico-culturais das universidades para as cidades e vice-versa;
>
> Formular acerca de mecanismos que possibilitem que os equipamentos culturais das IES estejam em constante diálogo com as cidades.

Surgia, nesse momento, o *Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior* – o *Forcult*, que a partir daí se subdividiu em representações regionais, para articulação das discussões a serem levadas nos anos subsequentes.

Considerações finais

Pela experiência vivenciada na Unicamp, que só se tornou possível por meio da participação interna de pessoas da comunidade universitária – nesse caso principalmente dos estudantes –, pelas trocas realizadas com outras IES do Brasil e pelo acompanhamento de processos de instituições também fora do país, pode-se afirmar a importância de se manter movimentos no sentido de implantar estruturas institucionais que tratem da cultura no ambiente acadêmico.

Os debates realizados colocaram o tema da cultura na pauta das discussões acadêmicas, embora ainda timidamente, mas já representando um avanço para o campo numa instituição universitária considerada excelente especialmente nas chamadas áreas duras: exatas, tecnológicas e biológicas.

Observa-se que as possibilidades geradas são também determinantes para a participação social na definição dos rumos das IES, postura cada vez mais exigida inclusive pelos órgãos de avaliação.

O olhar sobre os direitos culturais e as diversidades, colocados nas pautas da discussão institucional levaram a Unicamp a reformular, em 2019, a constituição de seu Conselho de Desenvolvimento Cultural, agora Conselho de Cultura (ConCult), justamente para que incluísse, entre seus membros, representantes das estruturas culturais da sociedade civil. Por determinação do ConCult, a Política de Desenvolvimento Cultural da Unicamp está em processo de revisão, para que contemple, em seu corpo, dentre outras, as modificações referentes à inserção, no corpo discente da Universidade, dos estudantes aprovados por meio de cotas étnico-raciais, motivo evidente de transformação dos processos internos.

Assim, olhar para a relação da educação superior com as artes e a cultura, analisando as modificações do ambiente universitário, que obviamente reflete todas as camadas da sociedade, demonstra que o papel das IES sofreu importantes transformações, que dificilmente serão revertidas, desde que haja, de fato, o interesse institucional e o envolvimento das pessoas.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Carmen Lúcia Rodrigues. Política cultural para o ensino superior: considerações sobre Brasil, Colômbia e França In: *XII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 2016, Salvador - BA. Anais do XII Enecult. Salvador - BA: UFBA, 2016. v.1. p.1 – 13.

BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: reconstituindo as trajetórias dos diálogos institucionais. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas Culturais*: teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p.96-103.

BRASIL. Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. *Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências*. Brasília, 2010.

GONZÁLEZ, María Adelaida Jaramillo (ed.). *Plan de cultura 2006-2016:* La cultura: fundamento de una universidad pertinente. Medelín, Colombia: Universidad de Antioquia, 2007. 100p.

GONZÁLES, María Adelaida Jaramillo. O planejamento cultural a partir da aboradagem de redes. Um olhar baseado na experiência de formulação de políticas culturais na Colômbia, da Universidade de Antioquia. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas Culturais*: teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p.96-103.

GONZÁLES, María Adelaida Jaramillo (ed.). *Políticas culturales en la educacíon superior em Colombia*: nuestro proyeto común! Colombia: Universidad de Antioquia, Departamento de Extensión Cultural, 2013.

MINC. Ministério da Cultura. Portaria n. 70 de 30 de junho de 2010. *Cria o Programa Cultura e Universidade, com o objetivo de fomentar ações e consolidar políticas culturais no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras.* Brasília, 2010.

JUNQUEIRA, Margareth C.V.; ARRUDA, Carmen Lúcia Rodrigues; RESENDE, Telma V. Corredor Cultural Forproex Sudeste: proposta integrativa para a Extensão Universitária In: Extensão Universitária: diálogos e possibilidades. 1 ed. Alfenas - MG: Editora Universidade de Alfenas, 2017, v.I, p. 327-351.

NUNES et al. Cultura y extensión universitaria en Brasil: un corredor de relatos. In: *XII Congreso Español de Sociología: grandes transformaciones sociales, nuevos desafíos para la Sociología*, 2016, Gijon – Espanha. v. 1. p. 1-12.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov. 2013.

UNESCO. La educación superior en el siglo XXI: visión y acción. Tomo I: Informe final, Conferencia Mundial sobre la Educación Superior. Paris: 5–9 de outubro de 1998.

UNESCO. Declaração da Conferência regional de educação superior na América Latina e no Caribe. Avaliação, v.14, n.1, p.235-246, mar.2009.

UNICAMP. Deliberação CONSU-A-019/2016, de 04/10/2016. *Dispõe sobre a implantação de uma Política de Desenvolvimento Cultural para a Unicamp.* Campinas, 2016.

AVANÇOS NA GESTÃO DA CULTURA NAS UNIVERSIDADES E O PAPEL DOS SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVOS NA CONSTITUIÇÃO DO FORCULT

Fabio Augusto Cerqueira[4]

Resumo: Este trabalho analisa o desenvolvimento das políticas culturais nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) brasileiras a partir de proposições realizadas pelo Ministério da Cultura, e pelo Ministério em parceria com as instituições, buscando avaliar os impactos que isso provocou no trabalho dos Gestores Culturais Universitários. Por outra via, analisa também a perspectiva da atuação dos profissionais e sua busca por qualificação, e o impacto de suas atividades na consolidação da relevância do papel das IPES na garantia dos direitos culturais de todos os cidadãos. Apresenta também a participação dos profissionais técnico administrativos universitários na articulação entre as IPES, que culminou na criação do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORCULT), que busca garantir em seu Regimento a participação de todos os profissionais que atuam com gestão cultural nas instituições participantes.

Palavras-chave: gestão cultural, universidade, políticas públicas.

Direitos culturais e as instituições públicas de ensino superior

A partir dos anos 2000 as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) brasileiras passaram por um processo de estruturação e fortalecimento das políticas voltadas para a área da cultura. É um processo que ainda está em fase de execução, com muitas IPES implementando suas áreas de gestão cultural, ou desvinculando-as da extensão, por exemplo, mas que teve um grande impulsionamento a partir de ações propostas pelo Ministério da Cultura, aliadas ao crescimento de estudos na área de políticas públicas para a Cultura, que deixou de ser uma ação de governos para tomar corpo institucional nos organismos ligados ao Estado.

Com a criação do Sistema Nacional da Cultura (PNC) pelo extinto Ministério da Cultura (MinC), e com especial atenção ao Plano Nacional da Cultura (PNC), algumas IPES deram início a um estudo de implementação de políticas de cultura internas, que fossem alinhadas com os objetivos traçados em âmbito nacional. Dentre as iniciativas observadas nesta época, destacam-se o Seminário Cultura e Universidade, realizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas

[4] Profissional para Assuntos Administrativos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). fabioc@unicamp.br

Brasileiras (FORPROEX) em parceira com o Ministério da Cultura e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2013, e também o Projeto Universidade, com foco na área de extensão cultural das universidades, objetivando que estas se tornassem polos irradiadores de cultura para a comunidade, por meio da promoção de atividades artísticas não eventuais, estimulando a participação efetiva do corpo discente, de forma a constituir um calendário anual e permanente (BOTELHO, 2011).

Mas o grande incentivo para que as IPES instituíssem sem próprios "sistemas de cultura", com a implementação de políticas e planos de cultura institucionalizados, veio com a implementação do programa Mais Cultura nas Universidades, que previa a criação destas ferramentas como requisitos para a concorrência pela verba que estava sendo ofertada. Apesar do pouco prazo para a criação dos planos de cultura, que implicou na construção de planos pouco discutidos com as comunidades acadêmicas, muitas dessas Instituições retomaram as discussões na proposição de uma revisão dos Planos que fosse de fato elaborada de forma horizontal com os diversos setores da sociedade que seriam impactados por ele.

Estas ações surgem dentro de um cenário de disputa pela garantia dos Direitos Culturais pela comunidade, a partir do aumento da percepção destes direitos enquanto fundamentais para a dignidade humana, em um processo de busca cada vez mais vibrante pela aplicação das garantias trazidas pela nossa Constituição Cidadã, promulgada em 1988, o que possibilitou as políticas já citadas acima.

Durante a Assembleia Constituinte que culminou com a Constituição Brasileira de 1988, ao ser questionado sobre o conceito de Cultura, o deputado e sociólogo Florestan Fernandes disse que a resposta a esta questão depende da "amplitude que o conceito deve assumir" (DUARTE, 2018). De fato, a conceituação da Cultura é uma tarefa árdua, e que coloca em conflito diversas áreas do conhecimento humano, com seus diferentes pontos de vista. Quando abordamos os direitos culturais, precisamos criar recortes a fim de evidenciar quais os aspectos da cultura são capazes de serem juridicamente protegidos e efetivamente assimilados por políticas públicas, visto que "nem toda forma de expressão pode ser juridicamente protegida".

A bibliografia acerca dos direitos culturais não é capaz de elencar quais são esses direitos, visto que a proteção jurídica da cultura depende primeiramente de uma conceituação da cultura, que como dito, é ainda objeto de debate entre diversos campos das ciências humanas e sociais. Pensa-se ainda que a criação de um conceito para a cultura

provoca sua delimitação dentro de parâmetros estabelecidos, o que não parece ser algo na qual a cultura se encaixa, sendo então impossível definir a cultura, visto que ela é mutável no espaço e no tempo. Porém, há uma visão posta nesta bibliografia de que os direitos culturais materializados - e que podem vir a serem violados, e, portanto, devem ser protegidos - "são os atinentes a três campos muito claros: o das artes, o da memória coletiva e o do fluxo dos saberes, fazeres e viveres" (CUNHA FILHO, BOTELHO e SEVERINO, 2018).

Porém, este fluxo de avanço das políticas sociais e de lutas pela garantia dos direitos fundamentais neste início de Século XXI não é exclusividade da nossa nação. O chamado Constitucionalismo Cultural, que se baseia na garantia constitucional dos Direitos Culturais, marcou o mundo no século anterior a este que vivenciamos, e fez nascer a pressão necessária para a percepção da necessidade de garantia dos direitos de forma universal.

As IPES brasileiras passaram a se inserir, assim, em um movimento que já acontecia também em âmbito internacional, de uma institucionalização da cultura e reconhecimento das universidades na implementação de políticas de garantia dos direitos culturais pela sociedade. No que diz respeito ao movimento das universidades em âmbito internacional, tomo como referência o documento produzido para o ensino superior da Colômbia (GONZÁLEZ et al., 2013), num movimento iniciado pela Universidad de Antioquia (LONDOÑO; GONZÁLEZ, 2006), que traz boas reflexões para que as IES desenvolvam suas políticas culturais, com objetivos, princípios e enfoques das políticas e direitos culturais, além do desenvolvimento humano e transdisciplinaridade da cultura na vida acadêmica:

> Pensar la cultura y su función desde la IES implica considerar el rol que los derechos culturales juegan en la sociedad; las relaciones que las políticas culturales tienen con las demás políticas sociales; los vínculos entre la educación y la cultura; la formación cultural entendida en su amplia dimensión, en la que converjan la formación profesional de agentes culturales, la formación integral y ciudadana de las personas, la formación de las generaciones de relevo para el sector cultural, y la formación y actualización de docentes de los niveles básicos de la educación, para la introducción de la variable cultural como eje transversal en el contexto educativo tradicional (GONZÁLEZ et al., 2013)" .

Os agentes de produção e gestão cultural nas IPES

Atrelado ao movimento de maior participação das IPES brasileiras na garantia dos direitos culturais da sociedade, veio a necessidade da criação de equipamentos culturais apropriados a esta nova política cultural universitária, e também a formação de mão de obra qualificada para gerir e participar das mudanças que estavam acontecendo naquele momento. A formação voltada para as profissões ligadas à organização cultural é ainda muito incipiente quando se pensa na abrangência e capilaridade das IPES no território nacional. De certa forma, observa-se que a demanda por mão de obra especializada na gestão de políticas públicas de cultura, puxada fortemente pela abertura de novas vagas nas universidades, fez com que novos cursos surgissem nos últimos anos para atender às expectativas do mercado de trabalho, ou então que as ementas de cursos da área da organização da cultura fossem adaptadas a esta nova realidade, buscando formar profissionais capazes de atuar nas áreas de produção, gestão e políticas culturais (MELLO, 2012).

Há ainda, no entanto, uma grande deficiência de homogeneidade entre as diversas formações em organização da cultura, resultado da falta de um "programa nacional de formação e qualificação em cultura, com base em um sistemático mapeamento da situação da capacitação no país", que "deve estar previsto de modo cristalino e articulado no Plano Nacional da Cultura" (RUBIM, 2008).

Na organização do trabalho universitário, a situação não difere muito da narrada acima. Apesar do aumento no investimento observado na formação e qualificação dos profissionais que atuam nos órgãos de gestão e produção cultural dentro das IPES, e também na contratação de novos profissionais especializados na atuação nessas áreas, há uma grande disparidade na distribuição destes profissionais entre as instituições, e não existe uma regularidade no que diz respeito à qualificação exigida para a atuação profissional com cultura, e às atribuições e designações de trabalho que devem ser desempenhadas por estes profissionais. Como resultado, não é possível traçar um perfil claro dos trabalhadores da cultura nas IPES brasileiras, imperando a heterogeneidade em todos os aspectos do trabalho profissional dos agentes culturais.

Antes de prosseguir, cabe ressaltar também a grande dificuldade que ainda existe no Brasil na denominação das profissões e atividades desenvolvidas pelos trabalhadores da cultura - aspecto observado também nas diferentes nomenclaturas dos cursos de formação na área - e por este motivo cabe aqui delimitar algumas terminologias que são sempre utilizadas quando se aborda os aspectos relativos aos trabalhadores deste

segmento. Como muito bem resume Rodrigues (2012), o Produtor Cultural é aquele profissional que desempenha um trabalho "de cunho mais operacional e executivo junto à mediação entre a produção e a fruição dos bens e produtos culturais", enquanto o Gestor Cultural é aquele que realiza atividade "de cunho mais formulador e propositor de políticas e programas culturais, viabilizando uma maior articulação entre as diferentes etapas da cadeia produtiva da cultura" (RODRIGUES, 2012). No entanto, conforme elencado pelo próprio autor, muitas outras nomenclaturas são necessárias para dar conta da realidade das diversas atividades realizadas pelos Gestores Culturais Universitários.

O próprio papel de Gestor Cultural pode ser entendido a partir de duas realidades distintas dentro das IPES: o gestor enquanto profissional que atua no órgão que pensa e institucionaliza as políticas culturais para a IPES - ou que realiza esta atividade ou parte dela dentro da estrutura universitária -, independentemente do exercício de um cargo de chefia ou coordenação; ou gestor enquanto pessoa que coordena este órgão/atividade, e portanto chefia a equipe que formula e propõe as políticas e programas culturais. Como bem observa Rodrigues (2018), esta última concepção do papel do Gestor Cultural é exercida muitas vezes por docentes designados para ocuparem cargos de coordenação, naquilo que Barbosa e Mendonça (2014, apud RODRIGUES, 2018) chamam de papel de professor-gestor:

> [...] o professor de ensino superior nas universidades federais agora não é apenas docente e pesquisador, mas tem de ser, por vezes, professor-gestor (academic manager). Nessas situações ele enfrenta desafios, alguns decorrentes de lacunas no desenvolvimento de suas competências gerenciais, os quais mereceram algumas reflexões. [...] Considera-se que preparar professores de ensino superior para atuarem como dirigentes das universidades federais implica em formá-los considerando as competências gerenciais que se esperam deles como professor-gestor. Esse movimento não é importante somente para o alcance de níveis de excelência no ensino, pesquisa e extensão no sistema de ensino superior no Brasil, mas também para que as universidades federais possam cumprir sua missão junto à sociedade.

Muito embora a relevância do papel de professor-gestor seja de reconhecida relevância para o desenvolvimento universitário, como citado no trecho acima, muito em decorrência dos órgãos de cultura das IPES serem de denominações distintas (Pró-Reitorias, Diretorias, Coordenadorias, Divisões etc.), é comum também observarmos instituições em que este papel de chefia é exercido por servidores técnico-administrativos

(TAEs), o que, novamente, é indício da heterogeneidade da gestão da cultura nas instituições universitárias.

Por tudo isto que foi apontado, é cabido aqui delimitar os termos que serão utilizados a partir deste momento neste trabalho. Chamarei de Gestor Cultural Universitário todo aquele profissional que exerce atividade de formulação e proposição de políticas e programas culturais, bem como aqueles que executam tarefas mais operacionais e executivas dentro dos órgãos responsáveis pela elaboração destas políticas e programas culturais nas IPES, exercendo ou não cargos de chefia, e independente da carreira exercida dentro da instituição; chamarei então de TAE-Gestor Cultural aqueles profissionais que exercem as funções descritas acima, porém que façam parte das carreiras técnico-administrativas das instituições; Já Professor-Gestor Cultural, os servidores das carreiras docentes designados para exercer cargos de chefia nos órgãos responsáveis pela elaboração das políticas e programas culturais.

Um fórum para todos os gestores culturais universitários

Apesar de passarmos por um momento de ataques aos fazeres culturais, frequentemente protagonizados por lideranças políticas em exercício de cargos eletivos, é possível observar que a década de 2010 foi marcada por uma série de avanços na construção de políticas, na articulação entre as instituições e na construção do pensamento acerca do papel das IPES na garantia dos Direitos Culturais das comunidades onde estão inseridas. A bagagem estruturada a partir das ações governamentais pensadas e executadas de 2002 em diante, tem se sedimentado em movimentos que buscam enxergar a cultura além de sua face extensionista, mas como um eixo que atravessa transversalmente todos os saberes e fazeres universitários, ligados à pesquisa, ao ensino e à extensão, mas também a atividades que não necessariamente se encaixam neste tripé universitário.

Esta sedimentação tem como grande fomentador um processo de contínua formação e qualificação dos Gestores Culturais Universitários que atuam em todos os processos dos fazeres culturais dentro das instituições, muitos deles tendo assumido tais responsabilidades advindos de formações que não são correspondentes a estas atividades, e que tiveram que buscar meios para adquirirem os conhecimentos necessários para a realização de ações em um campo ainda em construção. Assim, os Gestores Culturais

Universitários das mais diversas IPES precisaram buscar junto a seus pares os caminhos e soluções para a estruturação de suas trajetórias neste papel, bem como na trajetória de suas instituições no que se refere à construção de suas políticas culturais. E foi desta articulação que surgiu, em 2017, as bases para a construção do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORCULT), em uma primeira reunião sediada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador.

O FORCULT foi concebido enquanto entidade "de natureza propositiva e consultiva, destinada à articulação entre agentes culturais para promover a reflexão crítica, a orientação e o acompanhamento de políticas culturais e da gestão de cultura" (FORCULT, 2020) na IPES, e teve desde sua gênese a proposta de ser um espaço de compartilhamento de saberes acerca da gestão e da produção cultural nas instituições, criando e fortalecendo processos comuns que facilitassem o desenvolvimento deste campo. Assim sendo, teve, desde seu início, a participação fundamental dos TAEs-Gestores Culturais, que, por exercerem funções contínuas e duradouras dentro dos órgãos de cultura das IPES - estando menos sujeitos a mudanças de função a depender da gestão -, acumulam conhecimentos sobre processos e procedimentos necessários para a realização das atividades inerentes às novas demandas do setor. O FORCULT, portanto, se preocupou desde sua formação em ser um espaço principalmente ocupado por TAEs-Gestores Culturais, e não apenas por aqueles ocupantes de cargos de chefia, como acontece em outros fóruns interinstitucionais das IPES.

Esta preocupação se expressa inclusive na escolha de seu nome enquanto Fórum de Gestão Cultural, ou seja, um fórum que agrega as pessoas que realizam atividades de gestão cultural, evidenciando que não se trata de um Fórum de Gestores Culturais, evitando cair na já citada confusão criada acerca dos usos do termo "gestor cultural" enquanto pessoa que ocupa a chefia de um órgão. Assim, é fundamental às IPES que congregam no FORCULT assegurar a ampla participação de seus TAEs-Gestores Culturais, possibilitando a todos eles a participação nas discussões e nas deliberações tomadas em seus encontros e assembleias.

O Regimento do FORCULT expressa esta preocupação em diversos artigos, dos quais destaco aqui o Artigo 4º, que trata da constituição do fórum, e traz o seguinte texto:

> Art. 4º - O FORCULT é constituído por membros atuantes no campo da cultura, sejam gestores, produtores culturais, agentes culturais, pesquisadores e/ou discentes comprovadamente vinculados às IPES, cuja atuação inclua a cultura nas suas múltiplas dimensões e diversos

> segmentos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. (FORCULT, 2020)

Como contraste, trago como exemplos as constituições de outros fóruns interinstitucionais das IPES, que congregam apenas os titulares de cargos de coordenação. O Regimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) traz o seguinte texto:

> Art. 2º - São membros do FORPROEX, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos equivalentes das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. (FORPROEX, 2010).

Já o Estatuto do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FORPROP), estabelece o seguinte:

> Art. 3º O FOPROP é constituído pelas IES e institutos de pesquisa associados, representados por meio de seus Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação ou ocupantes de cargos equivalentes. (FORPROP, 2018)

É possível observar que os membros do FORCULT prezaram por estabelecer como princípio, na criação de seu Regimento, a horizontalidade das expressões e das decisões tomadas no âmbito de seus encontros e assembleias. Isso ocorre porque o FORCULT reconhece a relevância dos conhecimentos técnicos e práticos acumulados dos fazeres de todos os Gestores Culturais Universitários na construção de políticas públicas que garantam os Direitos Culturais da sociedade, sem hierarquizar razão e poder de fala, a partir da compreensão da importância de cada papel no desenvolvimento dos fazeres culturais.

Conclusões

As atividades desenvolvidas pelos TAEs-Gestores Culturais dentro das IPES brasileiras, com continuidade e acúmulo de conhecimento promovidos pela experiência de ter participado de processos de avanço na gestão cultural universitária e busca da garantia dos Direitos Culturais, bem como em razão do esforço empenhado pela qualificação continuada e pela busca de espaços de articulação com outras instituições,

têm sido essenciais no reconhecimento do papel da Cultura enquanto finalidade das IPES. Em razão destas atividades, na contramão do atual processo de desmonte das políticas públicas de cultura em âmbito federal, os órgãos de gestão cultural universitários têm tido destacado avanço nas articulações, conquistando para a cultura uma centralidade dentro das políticas universitárias em várias partes do país.

Como consequência deste processo, os TAEs-Gestores Culturais tiveram centralidade na organização do encontro que marcou a criação do FORCULT, em Salvador, no ano 2017, importante conquista dos Gestores Culturais Universitários para o desenvolvimento de políticas culturais para as IPES.

Em sua institucionalização, o FORCULT reconheceu a importância desta bagagem acumulada dos profissionais que têm como foco de trabalho principal a gestão cultural universitária, muitos deles que inclusive se tornaram pesquisadores da cultura e contribuem na construção do pensamento acadêmico-científico dos fazeres culturais no Brasil e no mundo. A garantia da horizontalidade entre as opiniões dos Gestores Culturais Universitários nesta instância de articulação tem potencial para levar ao FORCULT relevância enquanto espaço de construção coletivo e a garantia da sedimentação do acúmulo de conhecimento desenvolvido pelos profissionais em suas atuações, levando a gestão cultural nas IPES a um significativo avanço dentro do histórico já conquistado nas duas últimas décadas.

Referências bibliográficas

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, 15(2), 2001, p. 73-83.

BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: reconstituindo as trajetórias dos diálogos institucionais. In: CALABRE, Lia (org.). Políticas Culturais: teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p.96-103.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DUARTE, Aimée Scneider. As faces da Cultura no âmbito da Constituição Federal de 1988. In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura e SEVERINO, José Roberto (Org.). Direitos Culturais. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 57-77

FORCULT. Regimento do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras - FORCULT. 2020. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1xjaab-ZI73wytagVK6jLahVjbJnjGzZu> . Acesso em 27 de abril de 2021.

FORPROEX. Regimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX. 2010. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Regimento-Forproex-aprovado-26nov2010.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2021.

FORPROP. Estatuto Social do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação - FORPROP. 2018. Disponível em: <https://www.foprop.org.br/uploads/noticia/2020_07_29/ESTATUTO-FOPROP-OFICIAL-A-PARTIR-DE-01012019.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2021

GIL, Gilberto. Discurso de posse no Ministério da Cultura. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acesso em 13 de abril de 2021.

GONZÁLEZ, María Adelaida Jaramillo; ÑÁÑEZ, Paloma Muñoz; ARGÜELLO, Luis Álvaro Mejía; FERNÁNDEZ, Verónica Mira; SEMPERE, Alfons Martinell. Políticas culturales para la educación superior en Colombia: ¡nuestro proyecto común! Colômbia: Universidad de Antioquia, Departamento de Extensión Cultural. Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, 2013.

LONDOÑO, Andrés García; GONZÁLEZ, María Adelaida Jaramillo (eds.). Universidad de Antioquia: culturas y camiños. Medellín, Colombia: Universidad de Antioquia, Vicerrectoría de Extensión División de Extensión Cultural, 2006.

MACHADO, Bernardo. Os direitos culturais na Constituição brasileira: uma análise conceitual e política. In. CALABRE, Lia (org.) Políticas culturais: teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

MELO, Ugo Barbosa de. Experiências Formativas em Organização da Cultura no Brasil: um panorama a partir de entrevistas. In: COSTA, Leonardo Figueiredo; MELLO, Ugo Barbosa de (org.), Formação em organização da cultura no Brasil: experiências e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 13 a 48.

RODRIGUES, Anna Christina de Queiroz. A Extensão e a Política Cultural Universitária: vivências de uma produtora da Universidade Federal de Alagoas. In: CALABRE, Lia; DOMINGUES, Alexandre Pires; CABRAL, Eula Dantas Taveira (Org.). Anais do IX Seminário internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. p. 1014 a 1023

RODRIGUES, Luiz Augusto F. Formação e profissionalização do setor cultural: caminhos para a institucionalidade da área cultural. In: PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Ano 2, nº 3, set. 2012. p. 63-80.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. "Formação em organização da cultura no Brasil". IN: Revista OIC – Revista Observatório Itaú Cultural, nº 6 (jul./set. 2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008. pp. 47-55.

O FORCULT E AS POLÍTICAS CULTURAIS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: UMA MEMÓRIA

Fernando Mencarelli UFMG/CNPq[5]

Resumo: Nosso objetivo neste artigo é apresentar um histórico preliminar da constituição e realizações do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior – Forcult, contextualizando sua criação em 2017, trazendo alguns antecedentes e relatando o percurso desde então através dos encontros nacionais e regionais realizados. Para tal, foram utilizadas diferentes fontes de informação, como convocatórias para os diversos encontros, nacionais e regionais, informações em sites institucionais dos organizadores, assim como documentos resultantes dos encontros.

Palavras-chave: Políticas Culturais, Instituições Públicas de Ensino Superior, Memória, Forcult.

As profundas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais das últimas décadas, expressas principalmente na emergência das novas formas do capitalismo pós-industrial em sua forma de capitalismo do conhecimento, trouxeram para o centro das questões contemporâneas a importância da cultura nas esferas de governança internacionais, nacionais e locais. As universidades traduziram essas transformações em políticas educacionais e projetos acadêmicos que reconhecem a transversalidade do conhecimento na contemporaneidade, buscando a complexidade de sua produção e circulação, atravessada pelos contextos culturais. Políticas culturais e planos de cultura integram hoje o projeto de universidades de excelência internacionais. No Brasil, esse processo teve início há algumas décadas e hoje se expressa em um conjunto dinâmico de universidades públicas que buscam articulá-lo nos âmbitos das administrações centrais, da gestão integrada de espaços, programas e projetos culturais e de sua plena inserção em seus projetos acadêmicos.

Observamos há algumas décadas um processo de institucionalização dos setores de cultura nas Instituições Públicas de Ensino Superior em todo o país. A importância da formação, promoção, criação e difusão cultural na missão nas universidades, seu papel

[5] Professor Titular e Diretor de Ação Cultural da UFMG. Pesquisador do CNPq. Foi coordenador do IV Forcult Nacional. Contato: fernandomencarelli@eba.ufmg.br/fernandomencarelli@gmail.com

na constituição de um sistema nacional de cultura, assim como a compreensão da Cultura como eixo transversal nos projetos acadêmicos das IPES têm levado à formulação de Políticas Culturais Institucionais e Planos de Cultura Institucionais Plurianuais nas IPES em todo o país.

No entanto, é importante registrarmos que no, conjunto das instituições federais, a mudança mais importante em curso é a compreensão da dimensão acadêmica da cultura, da qual decorre a necessidade de sua plena inserção nos projetos acadêmicos e no reconhecimento de sua dimensão transversal a todas as áreas de atuação da universidade, seja o ensino, a extensão, a pesquisa,, a política institucional para os estudantes, a inovação, entre outras.

É muito diversa a forma como o setor cultural se organiza nas instituições de ensino superior no país, ocupando-se tanto da formulação, coordenação e execução de políticas, programas e projetos culturais, quanto da gestão de espaços culturais de vários tipos, tais como centros culturais, museus, espaços de ciência e cultura. Seus centros culturais e museus caracterizam-se como espaços privilegiados de produção e difusão de conhecimento, nos quais se renovam as relações entre ciência, cultura e arte no contexto acadêmico. Os setores de cultura têm suas ações voltadas para a comunidade interna e para a comunidade externa, o que promove ampla integração da universidade com a sociedade.

Fazendo um recorte apenas nas universidades federais, identificamos hoje no contexto nacional 9 universidades federais com esferas autônomas para a política e gestão cultural vinculadas diretamente às Reitorias (2 Pró-Reitorias de Cultura, 3 Secretarias de Cultura, 2 Diretorias de Cultura, 1 Centro de Cultura e Artes e 1 Fórum) e aproximadamente 26 Pró-Reitorias de Extensão e Cultura. As demais são Pró-Reitorias de Extensão com diretorias ou coordenadorias de cultura. Dessas, cerca de 1/3 possuem políticas de cultura e planos de cultura vigentes aprovados em suas instâncias superiores ou passam neste momento por um processo de constituição de suas políticas culturais, planos de cultura e estruturação da gestão cultural no âmbito das administrações centrais. A esse movimento correspondem dois outros similares, nos âmbitos das universidades estaduais e dos institutos federais. Também é preciso registrar que, motivadas pelo Edital Mais Cultura nas Universidades do MEC/MINC, em 2013/2014, quase todas as instituições federais públicas de ensino superior, universidades federais e institutos federais elaboraram planos plurianuais de cultura.

A criação do Forcult - Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior está em consonância com esse processo. A UFMG organizou o IV Forcult em setembro de 2020, reunindo 87 instituições públicas de ensino superior, 103 gestores (entre pró-reitores, secretários de cultura, diretores e coordenadores), 98 técnicos administrativos que atuam nos setores culturais das IPES e pesquisadores do campo para compartilharem os processos de institucionalização da área cultural em suas instituições e constituírem programas e projetos integrados.

Nosso objetivo neste artigo é apresentar um histórico preliminar da constituição e realizações do Forcult que se formou em 2017. Para tal, foram utilizadas diferentes fontes de informação, como convocatórias para os diversos encontros, nacionais e regionais, informações em sites institucionais dos organizadores, assim como documentos resultantes dos encontros. Espera-se que este seja um levantamento histórico em processo de elaboração, que em muito se beneficiará de acréscimos e correções que a ele possam ser feitos pelos envolvidos diretamente nesses percursos.

Histórico do Forcult: alguns antecedentes

Podemos apontar como iniciativas convergentes e/ou antecedentes ao Forcult: o Fórum Interuniversitário de Cultura - FIC - RJ e a realização do Corredor Cultural Sudeste - 2015 a 2017. Apontamos breve descrição destas iniciativas a seguir.

Em 12 de março de 2014, foi constituído o Fórum Interuniversitário de Cultura do Rio de Janeiro – FIC-RJ, como um consórcio interinstitucional firmado por 12 instituições públicas de ensino superior do estado (em 2019 ele foi renovado por 11 instituições): Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Sckow (CEFET – RJ), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Oswaldo Cruz (*Fiocruz*), Instituto Federal Fluminense (IFF), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O Fórum Interuniversitário de Cultura (FIC – RJ) tem por objetivo promover o intercâmbio entre as universidades, articulações com órgãos governamentais e não governamentais, assim como o desenvolvimento de

ações de divulgação artística e cultural, em estreito diálogo com a sociedade. Entre suas realização, estão os Encontros Interuniversitários de Cultura do Rio de Janeiro, as Conferências Livres Interuniversitárias de Cultura e os Festivais Interuniversitários de Cultura.

O projeto Corredor Cultural Forproex Sudeste foi realizado no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas – Regional Sudeste (Forproex Sudeste), concentrando suas principais atividades nos anos de 2015 a 2018. Englobava uma série de eventos para circulação dos diversos fazeres artístico-culturais produzidos nas instituições de ensino superior (IES) públicas, distribuídas em cerca de setenta diferentes cidades nos quatro estados da Região Sudeste. Com um calendário anual de realização, as ações culturais eram pensadas inicialmente a partir de diferentes manifestações: Mostras e Exposições; Cursos e oficinas; Música e Artes da Cena. O Corredor Cultural Forproex Sudeste teve como objetivos principais: a ampliação da oferta de programação cultural das universidades; o fomento e o intercâmbio artístico de produtos culturais de estudantes e grupos universitários; a promoção de ações de mediação cultural entre as IES e a sociedade; o acesso universal à arte e à cultura, por meio da diversificação e da difusão de atividades nas instituições públicas de ensino superior na Região Sudeste. As instituições participantes foram: CEFET RJ, IFF, IFRJ, UEMG, UFABC, UFES, UFLA, UFOP, UFSCAR, UFSJ, UFRRJ, UFTM, UFU, UFV, UFVJM, UNICAMP, UNIFAL, UNIFEI, UNESP, UNITAU, UENF, IFSP, IF Sul de Minas, UNIMONTES, UEZO e IF Sudeste MG.

I Forcult nacional

A ideia de criar um Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior Brasileiras ganhou corpo em um encontro realizado pela Unicamp em 3 de abril de 2017, o Fórum Gestão e Produção Cultural e Políticas Públicas de Cultura: o papel da universidade. Esse debate motivou a criação de uma rede de gestores que decidiu se reunir em novembro de 2017 no XIII Enecult.

Assim, um primeiro Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior Brasileiras foi realizado no dia 14 de setembro de 2017, no XIII Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, em Salvador. Em seu texto de apresentação, o Fórum explicita o intuito de "promover o debate e a formulação de propostas acerca do

papel das instituições de ensino superior (IES) brasileiras na elaboração e na condução de políticas públicas culturais". Também manifesta o propósito de tornar-se uma atividade contínua: "A partir desse encontro presencial, pretende-se amplificar diálogos e trocas iniciados em grupos mais restritos, para que efetivamente se crie o Fórum de Gestão Cultural das IES, reafirmando o papel da universidade no campo da arte e da cultura, avançando na institucionalização de políticas, planos de cultura e projetos no âmbito das IES". Estiveram presentes 18 instituições: UFC, UFPI, UFABC, UFRRJ, UFSC, UNIFESP, UFRB, UNILAB, UFPR, UNILA, UFCA, UESB, UFF, UFBA, UNISO, UFOB, UNEB, UESPI.

Na chamada para a segunda reunião, os organizadores indicam que, após a primeira reunião, algumas regiões, estados e instituições continuaram em processo de articulação, "fortalecendo a ideia dessa rede e a necessidade de termos outro encontro nacional, com representação do maior número possível de Instituições de Ensino Superior e servidores. Essa convocatória vem no intuito de suprir essa necessidade e avançar na articulação cultural entre as Instituições de Ensino do país".

Após a realização do I Forcult nacional, duas outras iniciativas regionais foram realizadas no ano seguinte (2018), nas regiões sul e sudeste, antecedendo o II Forcult nacional:

a) Um 1º Fórum Regional de Gestão Cultural das IES Sudeste, foi organizado pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFABC, em 14 e 15 de junho de 2018, no Campus da UFABC. Motivado pela reunião nacional, a região Sudeste organizou seu encontro "para as coletas de demandas locais, a serem levadas para o 2º Fórum de Gestão Cultural das IES Brasileiras". Em sua chamada, a ideia do Fórum é apresentada como "dois dias de discussões e palestras direcionadas exclusivamente para as áreas culturais das IES". O convite segue justificando que: "Essas áreas (sejam elas Pró-reitorias, Coordenadorias, Seções etc.) têm demandas e características próprias que, não raro, ultrapassam os limites territoriais e acadêmicos das IES. Por isso, ter um espaço para as áreas de culturas das IES da região".
b) Um primeiro Encontro Regional dos Agentes Culturais das Instituições de Ensino Superior da Região Sul, em 14 e 15 de junho de 2018, foi promovido pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFPR, Coordenadoria de Cultura – COC / UFPR. Foi realizado na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

(Matinhos-PR). O evento tinha como objetivo promover o encontro de servidores técnicos administrativos e docentes das instituições de ensino superior dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que trabalham diariamente com gestão e produção cultural dentro das universidades públicas. Apresentava também o propósito de promover um espaço de intercâmbio entre os agentes culturais; estruturar a formação do Fórum Regional dos Agentes Culturais das Instituições de Ensino Superior – Região Sul e construir ações que permitam a troca de bens culturais entre as IES.

c) O I Encontro de Gestores de Cultura das Instituições de Ensino Superior do Ceará, realizado em 30 de maio de 2018, na Casa de José de Alencar (CJA), em Messejana, foi um marco para consolidar a articulação entre os que pensam e fazem a gestão cultural nas IES do Estado. Entre as deliberações, destaque para a aprovação da proposta de criação do Fórum de Gestão de Cultura e Arte das Instituições de Educação Superior do Ceará (FOCART-CE). O encontro foi organizado pela Universidade Federal do Ceará, através da Secretaria de Cultura Artística da UFC (SECULT-ARTE), e pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), por meio da Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT). Além de gestores culturais das duas instituições, o encontro teve a participação de gestores da área de arte e cultura da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Regional do Cariri (URCA), Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

II Forcult nacional

A segunda reunião de articulação do Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior Brasileiras ocorreu nos dias 08 e 09 de Agosto de 2018, no Campus Ondina da UFBA, em Salvador, como parte da programação do XIV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. O convite da comissão organizadora se estendia "a todas/os interessadas/os na promoção do debate e na formulação de propostas acerca do papel da cultura das instituições de ensino superior (IES) brasileiras, com o objetivo de fortalecer o Fórum como espaço de articulação, troca de ideias,

experiências, projetos e formação no campo da construção, implantação e gestão de políticas de cultura no âmbito institucional acadêmico".

Logo após a realização do II Forcult - nacional, as regiões sul e sudeste se articularam na construção de eventos regionais conforme descrição a seguir:

a) Realização do 2º Encontro dos Agentes Culturais das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) da Região Sul foi realizado nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2018 pela UFSC, como uma reunião para a formação do Fórum Regional dos Agentes Culturais das Instituições de Ensino Superior – Região Sul, definição de ações conjuntas de cultura entre as IES. O evento buscava promover um espaço de discussão e intercâmbio entre servidores técnicos administrativos e docentes das instituições de ensino superior dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que trabalham diariamente com gestão e produção cultural dentro das universidades públicas. Diz a chamada: "Esta iniciativa partiu da proposta de criação do Fórum Nacional dos Agentes Culturais das IES Brasileiras apresentada em 14 de setembro de 2017 durante a realização anual do Encontro Nacional de Cultura e de Tradução (Enecult) em Salvador, Bahia. A exemplo do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras o objetivo da criação do Fórum Nacional dos Agentes Culturais é o de estruturar ações de cultura, ampliar um espaço de discussão e troca de experiências e luta pelo financiamento da cultura nas universidades brasileiras".
b) Realização do 1º Fórum de Gestão Cultural das IES Paulistas, em 12 de abril de 2019, organizado pela Coordenadoria de Cultura (Proec-Unifesp), reuniu gestores culturais do IFSP, UFABC, Unicamp e Unifesp para discutir temas pertinentes à cultura nas instituições de ensino superior do estado de São Paulo. O evento ocorreu na Reitoria da Unifesp e teve como produto final um documento que foi apresentado no 2º Fórum Regional de Gestão Cultural das IES Sudeste.
c) Realização do II Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior da Região Sudeste, nos dias 12 a 14 de junho de 2019, foi organizado pelo IFF Instituto Federal Fluminense, em Cabo Frio – RJ. Presentes: Unifesp, IFRJ, UFABC, UFF/Campos, Unicamp, UFMG, UFRJ, IFF, IFES, UFRJ, IFSP, UENF.

III Forcult nacional

O III Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior foi realizado entre os dias 31 de julho e 03 de agosto de 2019, no campus Ondina da UFBA, paralelamente à programação do XV Enecult. Durante o Fórum, foram realizados grupos temáticos (GTs) que debateram o atual papel da cultura nas instituições, a ampliação do intercâmbio de experiências e as estratégias de fortalecimento das políticas culturais no âmbito acadêmico. Também foi realizada uma primeira assembleia deliberativa, com o objetivo de organizar e fortalecer o Forcult como espaço regular de articulação das áreas de cultura das instituições de ensino superior. Este Fórum contou com a presença de 27 instituições de ensino superior (IFF, IFMS, IFPB, IFSertão-PE, IFSP, UEPB, UESB, UEVA, UFABC, UFAL, UFBA, UFCA, UFCSPA, UFERSA, UFJF-GV, UFMG, UFOB, UFPA, UFPI, UFPR, UFRB, UFRGS, UFRR, UFSC, UFU, Unicamp e Unilab).

Por deliberação de sua primeira Assembleia, a Comissão Organizadora do III Forcult enviou carta à Presidência da Andifes, encaminhada pelo Reitor da Universidade Federal do Cariri. Enviou também carta à Presidência do Forproex e aos participantes do 45º Forproex Nacional. A carta apresenta o Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior (Forcult) como grupo formado com o objetivo de consolidar um espaço regular de articulação entre áreas de cultura das instituições de ensino superior. O documento fala de sua constituição em 2017, e de suas três edições (2017, 2018 e 2019), todas elas como parte da programação do Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura (Enecult), realizado anualmente na UFBA. Diz que, em virtude da ampliação da participação e do aprofundamento dos debates, em 2019 o Forcult realizou sua primeira assembleia deliberativa, na qual estiveram presentes 27 instituições (IFF, IFMS, IFPB, IFSertão-PE, IFSP, UEPB, UESB, UEVA, UFABC, UFAL, UFBA, UFCA, UFCSPA, UFERSA,UFJF-GV, UFMG, UFOB, UFPA, UFPI, UFPR, UFRB, UFRGS, UFRR, UFSC, UFU, Unicamp e Unilab). Apresenta as pautas da assembleia e suas deliberações:

A assembleia concentrou-se em três pautas:

a) a institucionalização do Fórum, ou seja, sua constituição formal com regimento e funcionamento organizacional próprios;

b) a votação do calendário do Fórum;

c) indicação da comissão organizadora Forcult 2020.

No tocante à primeira pauta (institucionalização do Forcult), o quórum deliberou favoravelmente à institucionalização do Fórum, e, a partir daí, um grupo formado durante a Assembleia concentrou-se, entre outros temas correlatos, na redação do Regimento do Fórum, que foi discutido e aprovado em assembleia extraordinária do Forcult em 30 de novembro de 2020. Com relação à segunda pauta (calendário do Forcult), o quórum deliberou por um encontro anual, a ser realizado concomitantemente a um evento cultural, em 2020. Votou-se pela realização do Forcult junto ao Festival de Inverno da UFMG (em junho ou julho de 2020) e também ao 9º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), a ser realizado na mesma ocasião.

A assembleia também deliberou pelo envio de um documento de apresentação do Forcult ao Forproex, de modo que ambos os Fóruns pudessem fortalecer-se mutuamente, compartilhando experiências e estratégicas benéficas às áreas culturais e extensionistas de cada Instituição. O Forcult colocou à disposição do Forproex os materiais desenvolvidos durante o encontro de 2019, assim como a memória do evento.

Após a realização do III Forcult nacional, ainda em agosto de 2019, outras duas iniciativas importantes, localizadas no nordeste e sudeste, aprofundaram o debate:

- Na Paraíba, o observatório de Políticas Culturais (ObservaCult), grupo de pesquisa e extensão ligado à Universidade Federal da Paraíba, realizou o debate Políticas culturais para as universidades, em 16 de agosto de 2019. Conectado ao movimento nacional, do Forcult, o ObservaCult compreendeu a pertinência de facilitar o debate entre as instituições paraibanas no intento de aproximar, trocar experiências, estabelecer ações conjuntas, reunir e articular seus setores e agentes culturais. A mesa foi composta por cinco debatedores, sendo eles o Gestor de Projetos na Coordenação de Extensão Cultura – Prac/UFPB, pelo Coordenador de Cultura Dcult/Proexc/IFPB, por um membro do Conselho Estadual de Educação, pelo Pró-Reitor de Cultura da UEPB, pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão da UFCG, e por um produtor integrante do CCBNB-Sousa.
- Em Belo Horizonte (MG), uma reunião do Grupo de Trabalho do Forcult Sudeste, formado como parte de uma proposta de cooperação técnica entre as IES, foi realizado entre 19 e 22 de agosto de 2019, dentro do Fórum UFMG de Cultura: políticas e gestão cultural nas Instituições de Ensino Superior, realizado pela Diretoria de Ação Cultural da UFMG. O Fórum UFMG de Cultura foi realizado

no contexto de articulação nacional de gestores de cultura das IES através do Forcult - Fórum Nacional de Gestão Cultural das IES, e de seus desdobramentos regionais. Por isso, abrigou a reunião do Grupo de Trabalho que teve como objetivo discutir a institucionalização da política e da gestão cultural através da formulação de Planos de Cultura nas universidades e propor que os Planos de Desenvolvimento Institucional contemplem a cultura. Entre os presentes, UFMG, UFU, UFRJ, Unicamp, Universidade Federal do Cariri.

Em meados de março de 2020, suspendemos os preparativos para a realização dos eventos regionais e nacional (o nacional seria realizado nos dias subsequentes ao 9º CBEU, 18 e 19 de julho de 2020), em razão da disseminação do Covid-19. Em 03 de julho de 2020 retomamos a organização dos eventos regionais e nacional sob o formato remoto.

Em setembro de 2020, os fóruns regionais, em edição remota e de forma articulada, antecederam a realização do Fórum nacional e tiveram a programação parcialmente compartilhada:

a) III Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior da Região Sudeste (Forcult-Sudeste), realizado nos dias 8 a 10 de setembro de 2020, em formato virtual, e com organização da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O evento recebeu a inscrição de 179 participantes de 29 IPES do Sudeste: UFU, UFRJ, IFRJ, UFV, UNIFESP, CEFET-RJ, UFVJM, IFSP, UFMG, IFTM, UFOP, UNICAMP, UNIFAL, USP, IFES, UFTM, UFSCAR, IFNMG, UENF, UFSJ, UFJF, IF Sudeste MG, IFF, UFABC, UFLA, UNIFEI, IFMG.
b) I Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior da Região Nordeste, realizado nos dias 08 a 10 de setembro de 2020, organizado pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Universidade Federal da Bahia - UFBA, em parceria com Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Na programação foram previstos Grupos Temáticos (GTs) realizados regionalmente, como preparatórios para a discussão nacional, e palestras, estas organizadas em rede com o 3º Forcult Sudeste. As seguintes IES estiveram presentes: IFBA, IFBAIANO, IFMA, UEFS, UERN, UFAL, UFBA, UFC, UFCA, UFCSPA, UFOB, UFPE, UFPI, UFRB, UFRN, UFRPE, UFSB, UNEAL e UVA.
c) O I Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Educação Superior da Paraíba aconteceu com o objetivo de promover o debate, propor diretrizes para políticas

culturais nas instituições de educação superior e discutir os desafios para o segmento cultural na Paraíba. Foi realizado nos dias de 8 a 10/9 em uma produção colaborativa entre gestores, servidores de setores culturais, pesquisadores, extensionistas e estudantes do IFPB, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal da Campina Grande (UFCG). Os GTs do evento discutiram questões de interesse das IES paraibanas e funcionaram como espaço preparatório para as discussões do 4º Fórum Nacional (Forcult).

d) I Fórum de Gestão Cultural das Universidades Federais da Região Norte foi realizado entre os dias 8 e 10 de setembro de 2020, com a presença das seguintes IES: UFAC - UFAM - UFT - UFOPA - UFPA - UNIR - UFRR.

e) I Forcult Centro-Oeste foi realizado entre os dias 8 a 10 de setembro de 2020 pela Rede de Cultura IPES-GO (UFG, IFG, UEG, IFGoiano, UFCAT, UFJ, UFMT, UNEMAT, UFGD, IFMT, UEMS, UFMS, IFMS, Unb, IFB) em parceria com o 3º Forcult Sudeste. "Esta mobilização busca fortalecer e ampliar a rede de pessoas responsáveis pela gestão da cultura nas IES, em especial enquanto a educação enfrenta uma significativa redução de investimentos e descontinuidade de programas. Além disso, há um grande cenário de instabilidade na gestão da cultura no Brasil, impondo ainda mais fragilidades aos diversos setores culturais."

IV Forcult nacional

O IV Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior (Forcult) aconteceu de 21 a 23 de setembro de 2020, organizado pela Diretoria de Ação Cultural da UFMG e integrado à programação do 52º Festival de Inverno UFMG. Em sua quarta edição nacional, o Forcult consolidou-se como um espaço regular de articulação entre as áreas de cultura das IES para integrar os gestores e as equipes que atuam nas áreas de cultura de todas as instituições de ensino superior. A realização do Forcult em caráter remoto, ainda que tenha representado uma perda decorrente da impossibilidade do encontro presencial, permitiu que outras formas de articulação acontecessem e que se criasse condições para que o diálogo entre as muitas e diversas Instituições de Ensino Superior envolvidas com as áreas de Cultura se intensificasse ou mesmo se estabelecesse.

As atividades foram online com palestras e debates voltados ao fortalecimento das políticas culturais no âmbito acadêmico. Apresentações artísticas do Festival de Inverno da UFMG complementaram a programação diária.

Em sua abertura, o evento contou com a presença do Presidente da Andifes, prof. Edward Madureira, Reitor da UFG, e da Reitora da UFMG, prof. Sandra Goulart Almeida. Seguida de uma palestra do ex-ministro da Cultura Juca Ferreira sobre "O papel das universidades na construção de um sistema nacional de cultura".

Dando continuidade às discussões iniciadas no último fórum, cinco grupos temáticos (GTs) propuseram metodologias para um Corredor Cultural Nacional, a realização de pesquisas e indicadores, além de um mapeamento dos equipamentos culturais das Instituições de Ensino Superior (IES). Um documento com orientações para a construção de uma política cultural pelas instituições de ensino superior foi produzido durante o fórum.

- GT1: Proposição de uma metodologia para um Corredor Cultural Nacional;
- GT2: Criação de um mapeamento de equipamentos culturais das IES;
- GT3: Criação de um documento com instruções gerais para a criação de uma política cultural pelas IES que ainda não possuem;
- GT4: Proposição de realização de pesquisas - indicadores, mapeamentos - no âmbito das IES;
- GT5: Elaboração de minuta de Regimento para o Forcult.

A IV edição do Forcult contou com a presença de 258 participantes inscritos de 87 IES, quais sejam: IFMS, IFPI, IFPB, IFTM, IFES, IFF, UECE, UENF, UERN, UFAL, UFAM, UFBA, UFC, UFCA, UFMG, UFMT, UFOB, UFOPA, UFPA , UFPB, UFPE, UFPR, UFRPE, UFSC, Unicamp, UNIFESP, UNILAB, UNIRIO, UERN, UNIRIO, UEPB, UFCAT, UFG, UFRR, UFSJ, UFU, UFJF, UFOP, UFABC, UFRJ, UNIFESSPA, UFRRJ, Flacso-Brasil, IFPE, UFRN, IFG, UFRGS, UVA, UFCSPA, IFNMG, UFRO, UERJ, UFRB, UFLA, UNIR, UFAC, IFMA, IFBA, IFRJ, UFVJM, IFNMG, IF Sertão-PE, UFSB, UFR, UNILA, USP, UESC, IFGoiano, UESB, UFG, IFBaiano, UTFPR, PUC-RIO, UNIP, UFSCAR, UNIPAMPA, UFPEL, UNIFAL, UDESC, UFES, UEM, IFRS. UNIOESTE, UNESPAR, UERGS, UEPG e UFSM.

Os documentos produzidos pelos GTs: Regimento do Forcult, Criação de um Corredor Cultural Nacional e um documento com instruções gerais para a criação de uma política cultural pelas IES foram apresentados na Assembleia Geral e disponibilizados para análise e para discussão/aprovação em Assembleia Extraordinária do Forcult realizada em 30/11/20. Na Assembleia Extraordinária foram aprovados o Regimento do Forcult e o documento nomeado "Instrumento para Implementação de Política Cultural e Planos de Cultura nas IPES", que foi publicado pela Universidade Federal de Pelotas em dezembro de 2020.

Na Assembleia Geral foram definidas a UFG como nova sede do V Forcult Nacional, a UFRJ como nova sede do IV Forcult Sudeste e a Universidade Federal Rural de Pernambuco como sede do II Forcult Nordeste. Ainda em 2020, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) sediou, entre os dias 24 e 26 de novembro, o Fórum Regional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior (Forcult).

O trabalho em rede tem gerado excelentes resultados. A partilha de experiências na elaboração de políticas e planos de cultura motivou um conjunto de instituições públicas de ensino superior a realizarem processos afins, o que tem resultado em novos documentos institucionais com princípios e diretrizes de política institucional de cultura, assim como planos plurianuais de cultura a serem implementados. Os encontros regionais e o encontro nacional de 2021 estão sendo organizados com adesão ainda maior de instituições e com grande capilaridade nacional. Também as pautas comuns, traduzidas nos Grupos de Trabalho nacionais e regionais, têm avançado na perspectiva de implementação de projetos partilhados. As redes e os fóruns dedicados aos temas relacionados à política e gestão cultural aproximaram as instituições públicas de ensino superior do país e fizeram avançar a institucionalização e a centralidade da cultura nos projetos acadêmicos em todo o país.

Referências

ARRUDA, Carmen Lúcia Rodrigues. Políticas culturais para instituições de educação superior: a experiência da Unicamp. (mimeo – texto apresentado nesta mesa coordenada)

FÓRUM INTERUNIVERSITÁRIO DE CULTURA DO RJ. https://ficrj.wordpress.com/quem-somos/. Acesso em: maio, 2021.

FORCULT. Memória da 1ª. Reunião do Fórum de Gestão Cultural das IES Brasileiras. Salvador, 14 de dezembro de 2017.

FORCULT. Memória do 3ª. Fórum de Gestão Cultural das IES Brasileiras. Salvador, 31 de julho de 2019.

FORCULT. Ata da 1ª. Assembleia do Fórum de Gestão Cultural das IES Brasileiras. Salvador, 3 de agosto de 2019.
FORCULT. Ata da Assembleia Final do IV Fórum de Gestão Cultural das IES Brasileiras.Belo Horizonte, 23 de setembro de 2020.
FORCULT. Ata da Assembleia Extraordinária do IV Fórum de Gestão Cultural das IES Brasileiras. Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.
FORCULT. Instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES. Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.
FORCULT. Regimento do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras, Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.
MENCARELLI. Fernando; COELHO, Marcos Dias. FORCULT: instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.

REDES DE CULTURAS E I FORCULT CENTRO-OESTE: TRABALHO COLABORATIVO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Flavia Maria Cruvinel[6]

Resumo: A Cultura ainda está fora da centralidade dos debates, tanto nas esferas governamentais quanto no âmbito da gestão das Instituições Públicas de Ensino Superior. Este texto propõe abordar os marcos das Políticas Culturais no Brasil e as repercussões na institucionalização da cultura no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior. A importância do trabalho de articulação das instituições em rede para fins de compartilhamento de experiências e conhecimento com vistas ao fortalecimento da cultura será abordado. As Instituições Públicas de Ensino Superior devem ser entendidas como Plataformas de Cultura Naturais (Cruvinel, 2017) que formam variadas Redes de Cultura e devem propor Políticas Culturais partindo do compromisso com a democratização do acesso à cultura, a diversidade cultural, a memória, a produção e a difusão dos bens artísticos, bem como a formação humana e cidadã.

Palavras-chave: Políticas Culturais, Instituições Públicas de Ensino Superior, Gestão em Rede.

A história do Estado Brasileiro é marcada por Políticas Públicas fragmentadas, e no que se refere às Políticas relacionadas ao campo da Cultura não é diferente. Infelizmente no Brasil as Políticas Públicas que deveriam ser tratadas como Políticas de Estado, são tratadas como de Governo o que fragiliza as suas estruturações e efetividade. Nesse sentido, Rubim (2007) nos lembra que as políticas culturais no Brasil são marcadas por tristes tradições, de ausência, de autoritarismo e de instabilidade, somadas ao caráter tardio e descontínuo que remete a fragilidade institucional.

A partir da abertura política e dos processos de redemocratização do Brasil nos anos 80, é iniciado um novo período para o campo da Cultura com a criação de um Ministério exclusivo, via Decreto n.91.144/1985, que apontou para políticas de valorização da cultura no governo de José Sarney[7]. Outro marco se deu com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que expressa a cultura como um

---

[6] Pró-Reitora Adjunta de Extensão e Cultura e Diretora de Cultura da Universidade Federal de Goiás. E-mail: flavia_maria_cruvinel@ufg.br

[7] O Ministério da Cultura - MinC foi criado no ano de 1985 no governo de José Sarney. No governo Collor foi transformado em Secretaria de Cultura vinculada à Presidência da República em 1990 e dois anos depois recriado no Governo Itamar Franco. Recentemente em 2016 o MinC foi novamente extinto e transformado em Secretaria Nacional de Cultura no governo Michel Temer, mas revertido em menos de um mês ao *status* de Ministério. Atualmente no Governo Bolsonaro, o MinC foi extinto e transformado em Secretaria de Cultura vinculado ao Ministério da Cidadania em 2019 e neste mesmo ano esta Secretaria foi incorporada pelo Ministério do Turismo, local em que se encontra no presente momento.

dos direitos a serem assegurados pelo Estado Brasileiro e garante o pleno exercício dos direitos culturais e acessos às fontes da cultura nacional a todas as pessoas, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais (CF, 1988, art. 215). Além disso, a cultura passa a ser campo de investimento, mas também se configura como parte fundamental para a formação humana e cidadã. A Carta Magna brasileira apontou ainda para a importância de se elaborar um Plano Nacional de Cultura - PNC e de se estabelecer um Sistema Nacional de Cultural - SNC, viabilizados somente 15 anos depois da sua promulgação, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo à frente deste Ministério, Gilberto Gil.

Em um período anterior à elaboração do PNC, o investimento em cultura do Estado Brasileiro estava centrado nas leis de incentivo à cultura como a promulgação da Lei n.7.505/1986, conhecida como Lei Sarney que concedia benefícios fiscais na área do imposto de renda para operações de caráter cultural ou artístico e a Lei n.8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet, que incide no crescimento do setor privado via Mecenato, que a partir do marketing cultural fortalecem suas marcas no mercado, além do aumento de escritórios e agências produtoras. Por outro lado, há um enfraquecimento do Estado como propositor de novas políticas públicas para a cultura.

De 2003 a 2016 - Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff houve uma retomada do Estado como ativo na propositura de políticas culturais, sobretudo nos dois primeiros mandatos de Lula, na chamada Era Gil-Juca no Ministério da Cultura. A partir do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores, é iniciada a construção de um Sistema Nacional de Cultura baseado na sua estruturação por meio de construção coletiva, dos movimentos sociais, das redes de cultura e movimentos sociais das culturas que estavam presentes nas Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Cultura.[8] Neste momento, como atesta Rubim (2017), a interação com a sociedade na construção das políticas públicas, por meio participação popular nas discussões, influenciou nas deliberações e na construção das políticas de Cultura, que se tornaram marca do governo

[8] "A Conferência Nacional de Cultura (CNC) é o principal espaço de participação da sociedade na construção e aperfeiçoamento de políticas públicas de cultura. A 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005, contou com a participação de cerca de 60 mil pessoas, de 1.190 cidades e 17 estados. A 2ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2010, contou com 220 mil participantes, envolvendo todos os estados, o Distrito Federal e 57% das cidades brasileiras. A 3ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2013, contou com a participação de representantes dos 26 estados e do Distrito Federal. O Nordeste foi a região que mais enviou representantes para o evento: 31% do total, seguida do Sudeste, com 22%, Centro-Oeste, com 21%, Sul (12%) e Norte (9%)". Plano Nacional de Cultura Metas. Disponível em: http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/49/

Lula, nas gestões ministeriais de Gilberto Gil e Juca Ferreira. Outro ponto importante trazido por Souza e Acco (2018) refere-se as reformulações conceituais trazidas pelo ministro Gilberto Gil, a partir de 2013, apontando para o deslocamento das discussões sobre a cultura, partindo da sua dimensão antropológica para a formulação das políticas, diferentemente do período anterior que mantinha o foco nas Leis de Incentivo Fiscal e no Mercado.

O Plano Nacional de Cultura foi criado via Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. O documento é o resultado deste processo participativo e expressa um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas que orientam o poder público na formulação de políticas culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural brasileira, a democratização do acesso aos bens culturais, a valorização da cultura popular, dos saberes ancestrais, da cultura periférica, bem como presta a ser um plano de diretrizes e orientações estratégicas para a cultura, considerando as suas dimensões simbólica, cidadã e econômica.

Neste período além das conferências, outras instâncias de representação, programas e eventos se fizeram presentes na construção destas políticas, como as Câmaras Setoriais, Seminário Cultura para Todos, Agenda 21, Programa Cultura Viva, Teia Cultural, dentre outras.

A Política Nacional de Cultura Viva, instituída via Lei 13.018 de 22 de julho de 2014 reafirma os princípios trazidos na Constituição Federal e no Plano Nacional de Cultura e tem como foco beneficiar prioritariamente os povos, grupos e comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e como pouco acesso aos bens culturais, reafirmando os princípios de democratização do acesso à arte e cultura e inclusão sociocultural.

Necessário se fez relembrar, mesmo que de forma sucinta, estes marcos legais e históricos recentes no campo cultural que fundamentam as discussões e as ações dos movimentos sociais das culturas nos dias atuais, bem como, no fortalecimento da Cultura nas Universidades Brasileiras que tratarei a seguir.

Cultura e Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil

Historicamente a presença da cultura nas universidades, se dá a partir de diferentes concepções, estruturas organizacionais tanto no que se refere a pessoas quanto aos

equipamentos e órgãos de cultura. Não raro, a cultura nas instituições de ensino superior está ligada primeiramente aos cursos de formação artística. Um exemplo pioneiro e exitoso o legado da Era Edgar Santos (1946-1961) que investiu em Arte e Cultura como um dos pilares da Universidade Federal da Bahia (Cruvinel, 2017; 2020). A partir da escolha de ter a presença de artistas inovadores na instituição, grande parte refugiados das mazelas causadas pela Segunda Guerra Mundial, variados desdobramentos desembocaram em movimentos importantes para a cena cultural brasileira como o Tropicalismo e o Cinema Novo. Entre outros exemplos de universidades que têm a Cultura nas suas gêneses, destaco duas instituições da Região Centro-Oeste: a Universidade Federal de Goiás que tem no seu processo de criação o Conservatório Goiano de Música como uma das unidades que permitiu a sua criação em 1960; e a Universidade de Brasília, criada em 1962 a partir de projeto de Universidade elaborado por intelectuais, artistas e cientistas coordenados pelo sociólogo e antropólogo Darcy Ribeiro.

Saltando para os anos 90, período Pós-Constituição cidadã que garantiu a presença da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão nas universidades, e fortaleceu as políticas de extensão, e por consequência, fortaleceu os processos de institucionalização das políticas culturais nas universidades.

No âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão - FORPROEX, as discussões sobre Cultura aparecem nos documentos referentes ao VI Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 1992, na cidade de Santa Maria-RS, tendo como tema central deste Encontro “Universidade e Cultura". A Cultura é discutida no âmbito da extensão em 09 (nove) grupos temáticos: 1) Patrimônio Cultural (Museus/Memória); 2) Música; 3) Artes Plásticas; 4) Editoração - Difusão Cultural; 5) Artes Cênicas; 6) Práticas Esportivas, Recreativas e Lazer; 7) Cinema, Vídeo, TV; 8) Criação Literária; 9) Questões institucionais, políticas e administrativas atinentes à gestão do setor artístico-cultural. Das discussões, alguns pontos foram levantados naquele momento e que, infelizmente, ainda parecem ser atuais: 1) a necessidade de definição da política cultural de cada universidade; 2) a garantia de apoio às ações culturais já existentes em cada instituição; 3) a necessidade de alocação de recursos para a área cultural nas universidades; 4) a realização de mapeamento dos espaços culturais e equipamentos em cada Instituição de Ensino Superior; 5) a intenção de formação de corredores culturais regionais e corretor nacional com vistas ao

intercâmbio cultural entre universidades e a circulação das suas produções artísticas. (BRASIL, 1992).

Outro marco importante para o investimento na área cultural ainda ligado ao campo extensionista foi a criação no ano de 1993 do PROEXTE - Programa de Financiamento da Extensão. Em uma década de existência o programa foi interrompido por dois anos e reformulado em 2003, sob nova denominação Programa de Extensão Universitária - PROEXT, quando previu a temática Cultura em várias de suas linhas de extensão. Com o golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016, o programa foi extinto novamente, estado este em que se encontra atualmente, reafirmando "as tristes tradições" de rompimento de políticas públicas no Brasil.

Mais recentemente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, teve como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior para estudantes brasileiros. A partir deste política, vários cargos e funções gratificadas ligadas à cultura foram criados nas universidades. Como exemplos temos a criação da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora, da Universidade Federal do Cariri, e por consequência sua Pró-Reitoria de Cultura (ProCult) e da Coordenação de Cultura na Universidade Federal de Goiás.

Apesar de se verificar um grande avanço na presença da cultura nas Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras com a criação de pró-reitorias, secretarias, diretorias, órgãos e funções gratificadas no âmbito da cultura, seu *locus* ainda carece de discussões sobre qual é o papel da cultura nestas discussões. Para tanto, é necessário se ter clareza sobre qual o conceito de cultura que se quer trabalhar, conforme aponta Cerqueira (2019).

Outra questão importante no que se refere à gestão da cultura é que, não raro, esse setor está ligado às Pró-reitorias de Extensão, porém o âmbito das ações de cultura não se limitou apenas a Extensão.

> Aliás, muito temos a fazer na oferta de ações de arte e cultura para a comunidade universitária, ampliando o escopo de conhecimento dos estudantes, garantindo um ambiente de trabalho que favoreça relações saudáveis entre servidores públicos e produções artísticas e culturais, além do estímulo à criação e difusão artística e cultural pelos agentes desta comunidade. Isso não significa que as ações artísticas e culturais propostas pelas universidades não possam contemplar a comunidade extrauniversitária, mas essa não pode ser uma prerrogativa para a existência destas ações. (MOLINA, 2019, p. 2).

A partir da década de 10 do século XXI, variadas instituições estabeleceram suas políticas culturais, a saber: Universidade Federal de Uberlândia (2010/2019); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2012); Universidade Federal do Oeste do Pará (2015), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016); Universidade Federal da Fronteira Sul (2016); Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2016), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2018), Universidade Federal de Santa Maria (2021). Atualmente, impulsionadas pelas discussões do Forcult sobretudo pelo trabalho do Grupo de Trabalho 3 - Criação de um documento com instruções gerais para a criação de uma política cultural pelas IES, as Instituições Públicas de Ensino Superior vêm trabalhando na elaboração de suas Políticas de Cultura, como é o caso da Rede de Cultura IPES GO.

Cultura na Universidade Federal de Goiás: trabalho de articulação e produção em Rede

Entendo as Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiras como Plataformas Culturais (Cruvinel, 2017) que formam Redes de Culturas internas, por meio dos seus quadros permanentes estáveis e qualificados como docentes e técnicos, e discentes, colaboradores, parceiros e usuários externos às instituições, que podem planejar ações a curto, médio e longo prazo, estruturando práticas e rotinas de gestão, além de formular legislação pertinente com vistas à implementação de políticas culturais nestas instituições. Outrossim, estas redes também fomentam espaços de partilhas, de conservação, de produção, de difusão e de circulação de bens culturais.

A Universidade Federal de Goiás vem consolidando ao longo da sua história, mais notadamente desde 2006, uma Política Cultural com investimentos sistemáticos na consolidação de espaços culturais e equipe especializada e qualificada. Partindo das diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura, sua Política Cultural[9], de 2009 até o presente momento, busca a elaboração e o fortalecimento de ações que visem a valorização da diversidade artística e cultural e a ampliação do acesso à fruição e à produção cultural. Nesse sentido, a cultura é tratada como expressão simbólica, mas

[9] Vale ressaltar que sua política cultural foi elaborada no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Institucional e Resoluções dos órgãos ligados à Cultura.

também como direito e exercício da cidadania, imprescindível para a formação do ser humano.

Um ponto importante nesta política é a criação e manutenção de equipamentos culturais, a UFG, promovendo intensa agenda cultural, combinando as potencialidades da instituição, a partir da articulação da extensão, do ensino e da pesquisa, às demandas da sociedade. Da mesma forma, espaços de construção coletiva foram criados por meio de conselhos consultivos, comitês avaliadores, comissões diversas, editais, e articulação de redes de parceiros.

A Universidade Federal de Goiás promove uma intensa agenda cultural, com base na diversidade cultural, na democratização do acesso aos bens culturais e na participação, com destaque a programação do Centro Cultural UFG[10], Cine UFG[11], Música no Campus (2009-2019)[12], Goiânia Ópera Festival (2008, 2011), SBPC Cultural (2011), Série Música Consciente (2012-2013), Série Músicas (2012-2019), Série Todas as Artes (2013-2016), Artes da Cena (2017-2019). Com a crise sanitária em escala mundial provocada pela Covid 19, os investimentos voltaram para ações via plataformas digitais. O investimento em capacitação da equipe para trabalhar com inserção de conteúdos em acervos digitais foi realizado como o trabalho de disponibilização de acervo artístico[13] do Centro Cultural UFG de forma pública via Plataforma Virtual Tainacan, projeto criado na UFG e financiado pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM; ou a transmissão do Programa

---

[10] O Centro Cultural UFG, Órgão Suplementar vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, tem por finalidade precípua reunir, documentar, conservar, expor, apresentar e divulgar atividades ligadas a diversas áreas artísticas: artes visuais, música, teatro, dança, literatura, audiovisual e performances, bem como, realizar outras atividades culturais e artísticas. O espaço possui um Acervo de Arte Contemporânea, considerado um dos mais importantes do Centro-Oeste. Além do espaço expositivo e reserva técnica, conta com um teatro contemporâneo e programação é dedicada a exibições de música, teatro, dança, música, eventos literários e ações educacionais em arte. Em período de atividades presenciais, anterior ao ano de 2020 quando a crise gerada pela covid 19 interrompeu as programações *in loco*, o espaço realizava uma média de 750 ações, atraindo público superior a 20.000 pessoas. Informações disponíveis em https://centrocultural.ufg.br/

[11] O Cine UFG, criado em 2008, é outro espaço coordenado pela Direção de Cultura da PROEC- UFG, com a finalidade de exibir filmes à comunidade externa e acadêmica. Até 2019 exibiu de segunda a sexta-feira duas sessões diárias, com entrada gratuita.

[12] Em 10 anos de projeto, o Música no Câmpus (2009-2019) realizou 40 shows, com nomes consagrados e jovens apostas da música brasileira #atraindo um público de 127.466 (cento e vinte sete mil e quatrocentos e sessenta e seis) pessoas, atingindo a média público/show de 3.186 (três mil cento e oitenta e seis) pessoas. Informações disponíveis em https://www.proec.ufg.br/p/15914-galeria-musica-no-campus

[13] Acervo de Arte Contemporânea do Centro Cultural UFG está disponível em https://acervo.centrocultural.ufg.br/colecoes/

Lives #CulturaNaUFG[14], que se tornaram alento para o momento de isolamento social e que se tornaram acervos de memórias deste momento histórico difícil e desafiador.

Além das programações artísticas e culturais, a Universidade Federal de Goiás se colocou e se coloca como instituição atuante no campo de produção cultural do estado e do país, colaborando na formulação de políticas culturais nos âmbitos local, regional e nacional

Na esfera nacional foram realizadas inúmeras parcerias com o extinto Ministério da Cultura via Termos de Descentralização Orçamentária em projetos como Teia Goiás - Fórum Goiano dos Pontos de Cultura/Conferência Livre de Cultura - Secretaria de Diversidade Cultural (2013); Observatório de Economia Criativa (2013-2016) e Implementação e Monitoramento do Programa de Ocupação dos Centros de Artes e Esportes Unificados (2015-2016) ambos projetos em Secretaria de Economia Criativa. Atualmente, dois importantes projetos: o Plataforma Acervo: Inventário, Gestão e Difusão do Patrimônio Museológico, financiado pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, desde 2018; e o Cinemas em Rede, realizado em parceira com Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP e os Ministérios do Turismo e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, desde 2013.

Nas esferas estadual e Municipal, a Universidade Federal de Goiás participa ativamente em coordenações ou curadoria de programações realizadas pelo Governo do Estado de Goiás como o FICA - Festival Internacional de Cinema Ambiental realizado na cidade de Goiás; o Festival Canto da Primavera, realizado na cidade de Pirenópolis, no TeNpo - Festival de Teatro de Porangatu, além da participação de formulação de políticas públicas como assento nos Conselho Estadual de Cultura, na formulação dos Planos Estaduais de Cultura de Goiás e mais recentemente, no apoio da estruturação dos Mapas Culturais Goiás, para o cadastro dos artistas e instituições para o recebimento de recursos financeiros provenientes da Lei Emergencial Aldir Blanc. Na esfera municipal a participação em diversas parcerias como a Coordenação do Goiânia em Cena (2006-201), FestCine - Festival de Cinema de Goiânia (2006-2013) e Festival Internacional de Ópera de Goiânia (2018-2019).

Da mesma forma, a presença da UFG na articulação de políticas de cooperação internacional no campo da cultura se dá a partir de várias iniciativas, com destaque para

---

[14] Playlist de toda a programação disponível e https://www.youtube.com/watch?v=7pyxtKcP8ng&list=PLTtVU0kdT_nKT8dPTyHx6C1xNxv70NGHW

a sua presença na Comissão Permanente de Produção Artística e Cultural da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu - CPPAC - AUGM, desde 2016 e a partir de 2020 com uma das instituições coordenadoras desta comissão. Com o intuito de criar maior fluxo de compartilhamento de informações e projetos, bem como visibilidade dos programas e projetos da área artística e cultural, a Universidade Federal de Goiás propôs-se a criação das Rotas de Artes e Cultura na América Latina[15] em colaboração com as Universidades de Brasília - Unb e Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS com objetivo de promover a arte e a cultura latinoameicano compartilhando as ações desenvolvidas pelas instituições afiliadas e projetos interinstitucionais.

No sentido de viabilizar maior integração entre as Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Goiás - IPES GO, em novembro de 2018, a Universidade Federal de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, Instituto Federal de Goiás e Instituto Federal Goiano criaram diversos Grupos de Trabalho da Cultura com objetivo de construir políticas que propiciem a sinergia destas instituições para resolução de determinados problemas, visando o desenvolvimento sociocultural do estado de Goiás. Em 2019, este Grupo de Trabalho teve a adesão das recém-criadas Universidades Federais de Jataí e de Catalão e manteve agenda mensal com intuito de conhecer e mapear a Cultura no Estado de Goiás, bem como fortalecer as ações culturais interinstitucionais. Em 2020, o GT Cultura foi transformado oficialmente em Rede de Cultura das Instituições Públicas de Ensino Superior de Goiás - Rede de Cultura IPES - GO[16] via Protocolo de Intenções UFG 002/2020 publicado no Diário Oficial da União do dia 03 de agosto de 2020. No período de 16 de outubro a 07 de novembro de 2020 foi realizada a Caravana Cultural Goiás com extensa programação *on line*, com destaque para os Fóruns de Cultura IPES - GO[17], iniciando o processo de discutir a cultura nestas instituições e formular políticas culturais para o desenvolvimento do campo cultural nas instituições e por consequência no estado de Goiás.

No presente momento, a partir da participação das instituições que compõem esta rede no I Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior Brasileiras do Centro-Oeste - Forcult CO, e no IV Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino

---

[15] Disponível em http://rotasaugm.ufg.br

[16] Maiores informacões no site da https://rededeculturaipesgo.ufg.br/

[17] Programação disponível no Canal YouTube da Rede de Cultura IPES GO em https://www.youtube.com/channel/UCHznd75b9kHOY1x1Gu_OI3A

Superior Brasileiras - IV Forcult, a Rede de Cultura IPES-GO está formulando seu regimento interno e uma Política Cultural comum à estas instituições no ano de 2021.

I Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior Brasileiras do Centro-Oeste

O Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior Brasileiras - Forcult. foi criado em 2017 e vem se tornando nestes cinco anos de existência uma importante instância para pensar e discutir o papel da cultura nestas instituições formativas no Brasil. A partir de contato da Coordenação Nacional do IV Forcult, iniciamos o trabalho de articulação das instituições do Centro-Oeste para a realização do seu primeiro encontro.

Paradoxalmente, em um momento difícil causado pela crise sanitária em escala mundial em decorrência da Covid 19, o IV Forcult foi realizado de forma remota, *on line*, ocasião em que reuniu aproximadamente 300 pessoas e 90 instituições representadas e finalizou dois documentos importantes: seu Regimento interno e as Diretrizes para o processo de formulação das Políticas Culturais e Planos de Cultura nestas instituições. No ano de 2021, Goiás sediará o V Forcult entre os dias 28 a 30 de setembro, com a presença da Rede de Cultura IPES-GO na organização, com coordenação da Universidade Federal de Goiás.

A partir do convite para articular as instituições da região Centro-Oeste e compor a comissão coordenadora do IV Forcult, conseguimos realizar o I Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior da Região Centro Oeste - Forcult CO, entre os dias 08 a 10 de setembro de 2020, com a presença de 15 (quinze) Instituições Pública de Ensino Superior do Centro-Oeste, o que significa que 100% das instituições da região Centro-Oeste estiveram presentes. Necessário se faz registrar as instituições presentes, a seguir: Universidade Federal de Goiás, Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Goiano Universidade Estadual de Goiás, Universidade Federal de Jataí, Universidade Federal de Catalão, Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto Federal do Mato Grosso, Universidade Estadual do Mato Grosso, Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Grande Dourados; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Instituto Federal de Brasília e Universidade de Brasília.

A programação dos dois primeiros dias foi partilhada pelo Fórum da região Sudeste e a específica da região Centro-Oeste foi concentrada no último dia, sendo que

no período matutino todos os representantes apresentaram o estado da cultura nas suas instituições; e no período vespertino foi realizada a mesa Plataformas e Repositórios digitais: experiência com Tainacan, projeto colaborativo entre a Universidade Federal de Goiás e a Universidade de Brasília com a presença dos professores Flavia Maria Cruvinel da UFG; Alex Calheiros e Dalton Martins da Unb. Na sequência foram apresentadas as discussões dos Grupos de Trabalho ligados ao Forcult Nacional, GT.5 - Construção do Regimento FORCULT Nacional com relatoria de Gabriel Guimarães do IFMS e GT.3 - Construção do Instrumento para Implementação de Política Cultural e Planos de Cultura nas IPES, com relatoria de Flavia Maria Cruvinel da UFG.

Ao final das apresentações podemos extrair da memória da reunião os seguintes aspectos: em todas as instituições a Cultura é ligada às Pró-reitorias de Extensão; 08 (oito) instituições mencionaram ter cursos ligados às Artes (UFG, IFG, IFB, Unb, UFMS, UFGD, UEMS, UFMT) e as outras 07 (sete) instituições mencionaram não ter cursos ligados à formação artística (IFGoiano, UEG, UFJ, UFCAT, IFMS, UNEMAT, IFMT); 02 (duas) instituições mencionaram que os cursos tem perfil agrícola (IF Goiano , IFB) e 01 (uma) mencionou o perfil agrário da cidade (UFJ) o que dificulta o trabalho no âmbito cultural; 04 (quatro) instituições mencionaram possuir documentos normativos sobre Artes e Cultura (IFGoiano, UFG, Unb, UFMS). A preocupação com a valorização das Culturas locais e regionais e a preocupação com o caráter inclusivo das ações foram observados. 07 (sete) instituições afirmaram trabalhar com Editais voltados para a cultura (UFG, IFGoiano, IFG, IFMT, UNEMAT, Unb, UFMS); 09 (nove) instituições mencionaram possuir Equipamentos Culturais (UFG, IFG, UEG, UFCAT, Unb, UFMT, UNEMAT, UFMS), porém ficou claro que as outras instituições possuem espaços que são utilizados para as programações culturais mas não de forma exclusiva. Todas instituições mencionaram realizar eventos na área cultural. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Universidade Federal de Grande Dourados mencionaram terem programa de bolsas voltadas exclusivamente para a cultura.

Necessário se faz destacar que as Instituições Públicas de Ensino Superior do Centro-Oeste têm estruturas diferenciadas, sendo as mais antigas os Institutos Federais de Goiás e do Mato Grosso, criadas em 1909, portanto, já centenárias e as mais recentes são as Universidades Federais de Jataí e Catalão, criadas em 2018. Da mesma forma, vale ressaltar que os Institutos Federais e as Universidades Estaduais estão presentes em várias cidades, o que torna mais complexa a estruturação de ações no campo da cultura e a

formulação de políticas devido às diferentes estruturas e realidades presentes na mesma instituição.

Alguns apontamentos e reflexões

Neste momento de ataque à ciência, às universidades públicas, à educação e à cultura, que fragiliza os direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988, torna-se urgente a estruturação de políticas culturais que viabilizem o acesso aos lotes de bens públicos que apontem para o exercício da democracia.

Destarte, apesar de ser visível o avanço do setor cultural nas Instituições Públicas de Ensino Superior, verifica-se que as questões alusivas à Cultura ainda estão fora da centralidade dos debates, tanto nas esferas governamentais quanto no âmbito da gestão universitária. O debate acerca da centralidade da cultura e o seu fortalecimento como campo de produção de conhecimento, práticas e saberes indispensáveis à sociedade, somente terá efeito com base no trabalho colaborativo em rede que articule as Instituições Públicas de Ensino Superior, os movimentos sociais, os produtores e gestores de cultura, os artistas, os servidores docentes e técnicos, os alunos e público em geral, em um processo participativo de construção coletiva de bases estruturantes para a formulação e execução de políticas culturais transformadoras.

Nesse sentido, o Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras deve assumir a articulação dos gestores e produtores culturais, de forma sistemática e contínua, tendo como estratégia o fortalecimento dos grupos de trabalho tendo como eixos: a Criação de um corredor cultural permanente; Observatório do Forcult com vistas a mapear o estado da cultura e elaborar indicadores culturais; Políticas Culturais; Financiamento da Cultura e Capacitação para a Gestão Cultural.

O V Forcult, que será sediado pela Universidade Federal de Goiás com a colaboração da Rede de Cultura IPES GO, está sendo pensado de forma participativa, com a preocupação de ter as regiões representadas e consolidar as normativas estabelecidas no IV Forcult. Com planejamento e sistematização de ações somadas à participação e a representatividade das regiões, espera-se que a Cultura seja tratada como imprescindível para a formação humana, ética e estética, compromissada com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e colaborativa

Referências

BRASIL. Decreto nº 91.144, de 15 de Março de 1985. Disponível em: https://www.2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91144-15-marco-1985-441406-norma-pe.html Acesso em: abril, 2021.

BRASIL. Lei Nº 7.505, de 2 de Julho de 1986. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7505-2-julho-1986-368037-norma-pl.htm . Acesso em: abril, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto publicado em 05/10/1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp Acesso em: abril, 2021.

BRASIL. Lei N.8.313, de 23 de dezembro de 1991. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8313-23-dezembro-1991-363660-norma-pl.html Acesso em: abril, 2021.

BRASIL. *Universidade e Cultura.* VI Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1992-VI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf Acesso em: abril, 2021.

BRASIL. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Diponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm Acesso em: abril, 2021.

BRASIL.Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/leis-e-decretos-leis/lei-no-12-343-de-2-de-dezembro-de-2010. Acesso em: abril, 2021.

BRASIL. Lei Nº 12.826, de 5 de junho de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm Acesso em: abril, 2021.

BRASIL. Lei 13.018 de 22 de julho de 2014. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30058759/do1-2014-07-23-lei-no-13-018-de-22-de-julho-de-2014-30058751 Acesso em: abril, 2021.

CERQUEIRA, Fábio. O Conceito de Cultura no Contexto da Gestão de Políticas para o Setor nas instituições de Ensino Superior. In: XV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: UFBA, 2019, p. 1-13.

CRUVINEL, Flavia Maria. Projeto Música no Campus como Formação Musical: Diálogos entre a Educação Musical e a Musicologia. SOUZA, Ana Guiomar Rego et al. *Diversidade e Musicologia.* Curitiba: Editora Appris, 2020, p. 689-728. ISBN 978-65-5820-197-7

CRUVINEL, Flavia Maria. Música no Câmpus: um projeto de extensão e cultura mobilizador da sociedade. Revista da UFG. Goiânia: 2017, p. 284-296.

MENCARELLI, Fernando; COELHO, Marcos Dias. FORCULT: instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.

MOLINA, Alexandre José. Gestão Cultural na Universidade: Reflexões a partir do contexto da Federal de Uberlândia. In: XV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: UFBA, 2019, p. 1-11.

RELATÓRIO do I Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior Brasileiras do Centro-Oeste. Goiânia, 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. In: Matrizes, V.11 - Nº 2 maio/ago. São Paulo, 2017, p. 57-77.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SOUZA, Alexandre Santos Arantes de; ACCO, Marco Antônio de Castilhos. Políticas Culturais nas Universidades: a construção de uma agenda participativa e a derrocada autoritária. In: XIV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: UFBA, 2018, p. 1-16.